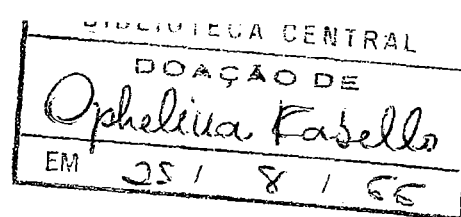
J. P. GALVÃO DE SOUSA

CAPITALISMO, SOCIALISMO E COMUNISMO

1965
Instituto Cultural do Trabalho
São Paulo — Brasil

Série de Monografias Trabalhistas

Direção do Professor *J. V. Freitas Marcondes*

Volume 1 — PRIMEIRAS ATIVIDADES
Diversos Autores

Volume 2 — RADIOGRAFIA DA LIDERANÇA SINDICAL PAULISTA
J. V. Freitas Marcondes

Volume 3 — SINDICALISMO E COOPERATIVISMO
Diva Benevides Pinho

Volume 4 — A RÊDE SINDICAL PAULISTA
Tentativa de Caracterização (pesquisa)
Ophelina Rabello

Volume 5 — CAPITALISMO, SOCIALISMO E COMUNISMO
José Pedro Galvão de Sousa

Volume 6 — DOIS ANOS DE ATIVIDADES
Diversos Autores

PRÓXIMAS PUBLICAÇÕES:

Volume 7 — INFLAÇÃO E SINDICALISMO
Dorival Teixeira Vieira

Volume 8 — CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO
J. V. Freitas Marcondes

Volume 9 — O LÍDER SINDICAL BRASILEIRO
José Arthur Rios

INSTITUTO CULTURAL DO TRABALHO
Rua Líbero Badaró, 293 — conjunto 24-C
SÃO PAULO — BRASIL

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

"A República econômica norte-americana criou novas fôrças, alcançou resultados nunca sonhados e deixou muito para trás o capitalismo do século XIX. Em conseqüência, são obsoletos tanto o capitalismo clássico, quanto o marxismo. Ambos deveriam, realmente, estar num museu dedicado ao pensamento do século passado".
Adolf Berle Jr.

Quando o INSTITUTO CULTURAL DO TRABALHO organizou o seu programa educacional, com o objetivo de formar uma nova liderança sindical em nosso país — autênticamente brasileira e democrática — *foi procurar entre os expoentes do magistério universitário, entre os dirigentes sindicais, jornalistas e alguns patrões esclarecidos e progressistas, os seus professôres. O Professor José Pedro Galvão de Sousa, da Pontifícia Universidade Católica, atendeu ao nosso apêlo desde o primeiro momento. Sempre foi um entusiasta do nosso programa. Aplaudiu a criação da nossa "Série de Monografias Trabalhistas", na qual já foram publicados quatro estudos, inclusive duas pesquisas de campo e agora mais esta monografia. Como um estudioso e autoridade na matéria, aceitou o convite que lhe fizemos para lecionar a cadeira intitulada "Capitalismo, Socialismo e Comunismo". Êste tema, atualíssimo, constitui um dos dezoito prelecionados em nossos Cursos Básicos de Liderança Sindical, cuja duração é de três meses, com oito horas de estudos diàriamente. Aliás, diga-se de passagem que na Europa êsses cursos existem desde o século passado e, nos Estados Unidos, centenas de universidades também os possuem há dezenas de anos, inclusive Har-*

vard. No ICT cada professor profere, durante uma semana, intensivamente, dez aulas, preside a cinco mesas redondas e fornece 25 a 50 questões práticas para que os alunos pesquisem e respondam por escrito nas horas de biblioteca. Semanalmente, os alunos têm duas matérias, com um professor no período da manhã e, outro, no período da tarde.

A presente monografia constitui um dos cursos proferidos pelo Professor José Pedro Galvão de Sousa, acrescido de algumas considerações, visando também atingir outros tipos de leitores e estudiosos. Podemos dizer que êste trabalho não é um estudo de economia, de política ou de filosofia, especìficamente, mas é tudo isso reunido num só conjunto. Através dêstes ensinamentos, temos a certeza de que o futuro dirigente sindical não mais permanecerá em dúvidas ao se encontrar numa encruzilhada ideológica. O leitor ou o estudante, mesmo leigo, poderá escolher um caminho, conscientemente, ou uma filosofia de vida a seguir neste emaranhado de idéias, doutrinas ou escolas que caracteriza o mundo de nossos dias. É comum ouvirmos dizer que os Estados Unidos são o país mais socialista *do mundo porque é onde encontramos um maior contingente humano integrando a classe média e gozando de um grande confôrto e bem-estar, sòmente usufruído por uma pequena classe social nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Por outro lado, é comum ouvirmos dizer que a Rússia, China e outros países da chamada "Cortina de Ferro" estão se tornando cada vez mais* capitalistas... *frizando ainda, alguns, que o capitalismo hodierno é bem diferente daquele do século passado, portanto, mais aceitável.*

Tudo quanto ressaltamos nestas linhas foi focalizado com detalhes pelo Professor José Pedro Galvão de Sousa, advertindo, ainda, que no esquema adotado procurou relacionar os diferentes tipos de fenômenos com os fatos históricos e as principais transformações sociais. Dentro dessa moldura, o Autor estudou o capitalismo como um sistema de vida que tanto pode ser individual como estatal. Em seguida abordou, analìticamente, alguns sistemas socialistas, desembocando, alguns dêstes, no discutido plano comunista.

Milhares de obras já foram publicadas, no mundo inteiro, versando sôbre diferentes aspectos do capitalismo, socialismo e comunismo; muitas, num conjunto como o desta monografia e, outras, separadamente. Entretanto, podemos dizer que estudos como o presente podem trazer novas luzes, novas maneiras de interpretar e de expor problemas, como o fêz, inteligentemente, o Autor. Esta monografia, além de expositiva, é também interpretativa, predominando, sempre, em tôdas as suas páginas, a clareza, a lógica e a didática.

Estamos certos de que a quinta *publicação da nossa "Série" terá a mesma aceitação e produzirá os mesmos efeitos — não só entre os trabalhadores que desejam progredir culturalmente — mas também entre os estudantes e estudiosos das ciências sociais entre nós.*

J. V. Freitas Marcondes
Superintendente do ICT

ADVERTÊNCIA

Um sistema econômico não pode ser julgado em abstrato, isto é, independentemente de suas relações com a moral, sua inserção num determinado meio social, suas conexões com os fatos históricos. Assim é que para compreender o capitalismo moderno, nas suas origens, temos que o considerar em face das transformações sociais e religiosas dos séculos XIV, XV e XVI, e ainda sob a influência do mercantilismo e da política seguida pelos Estados europeus depois dos grandes descobrimentos marítimos. Por sua vez, o esplendor do capitalismo no século XIX, não o podemos entender devidamente senão em função da ideologia que passou a inspirar o sistema: o liberalismo.

A importância das ideologias, quer no domínio político, quer no econômico, foi-se acentuando a partir da Revolução francesa. O socialismo, que se propõe substituir o capitalismo na organização do trabalho e da produção, mais do que um sistema econômico surge como uma nova concepção da sociedade e do Estado, que encontra pela primeira vez a plena realização no comunismo soviético.

Se quisermos considerar o capitalismo, o socialismo e o comunismo não de um modo abstrato e por assim dizer geométrico, mas nas realidades que têm significado, devemos necessàriamente recorrer ao conhecimento da vigência histórica expressa por tais palavras, que se tornaram em nossos dias vocábulos explosivos.

O capitalismo nasceu quando o capital e o trabalho se dissociaram, nos fins da Idade Média. Êsses dois elementos da produção achavam-se unidos, nas mãos de homens pertencentes à mesma categoria social e enquadrados no regime corporativo. Na pequena indústria manufatureira dos tempos medievos, os trabalhadores eram possuidores e proprietários dos instrumentos de produção, tinham a sua oficina, ao se tor-

narem mestres eram ao mesmo tempo patrões e operários. Quando o empresário, dono dos meios de produção, passou a contratar operários retribuindo-lhes o trabalho com um salário, então surgia o sistema capitalista.

Trata-se aqui do capitalismo privado, mas cumpre observar que a mesma característica — separação entre capital e trabalho — vale para o capitalismo de Estado. Neste caso, o Estado é o único empresário, o único proprietário, o único patrão. Diante dêle todos os homens são reduzidos à mesma condição de trabalhadores. O *capitalismo de Estado* é o sistema econômico do regime comunista, ou seja, do socialismo mais avançado, razão pela qual se fala também em *socialismo de Estado*.

Nas atuais condições da humanidade, com o desenvolvimento econômico e o progresso técnico que atingimos, o capitalismo veio a se generalizar. Ao lado do capitalismo da emprêsa particular, fundado no direito de propriedade, vemos surgir o capitalismo de Estado, mediante a socialização estatal de todos os bens de produção.

O comunismo é, pois, capitalismo, isto é, uma das formas do sistema econômico capitalista, baseado na dissociação entre o capital e o trabalho. Nem se diga que, sendo o comunismo a expressão de uma sociedade em que todos são trabalhadores, desaparece o proprietário capitalista, uma vez que não mais se reconhece o direito de propriedade na ordem privada, e tudo passa a ser de todos. Com efeito, a propriedade, no regime comunista, passa para a coletividade, mas deixa de ser de cada um dos trabalhadores, e essa coletividade se corporifica no Estado, que a representa e a organiza, e até mesmo a dirige totalitàriamente. O Estado, portanto, fica sendo o proprietário e patrão, o grande capitalista, que fornece o trabalho e dá os meios de vida necessários a cada um dos homens, os quais prestam seus serviços à coletividade estatal.

O socialismo de Estado realiza-se completamente no regime comunista, sendo o comunismo marxista o coletivismo integral. Dêle se diferencia o socialismo associativo ou grupalista. Diante das várias modalidades de socialismo e daquelas duas formas de capitalismo, êsse volume com mais precisão poderia denominar-se: "Capitalismo e Socialismo". O comunismo entraria como uma das espécies do capitalismo ou uma das variantes do

socialismo. Justifica-se, porém, o título "Capitalismo, Socialismo e Comunismo", destacando-se neste último um produto do capitalismo privado liberal do século XIX e o desaguadouro em que vão verter as correntes socialistas de nossa época. Além disso, importa considerar o comunismo na sua realidade histórica atual, como dinâmica revolucionária mais que uma concepção dogmática.

Com o capitalismo outros sistemas econômicos têm coexistido, e não desapareceram nem devemos pensar que estejam por desaparecer. Formas não capitalistas de economia doméstica, de economia cooperativa, de economia agrária vão resistindo ao impacto do capitalismo industrial, embora sem poderem aspirar à primazia nos domínios da produção. Em certos países, o artesanato floresce e recebe nôvo impulso. Por isso mesmo, apesar do capitalismo ter sido uma decorrência da técnica moderna e das transformações sociais, seria errado reduzir tôda a vida econômica de hoje e as perspectivas do futuro a uma disputa entre o capitalismo e o socialismo, entre os quais aliás há um antagonismo, mas há também um parentesco.

1.ª Parte

O CAPITALISMO, FORMA ECONÔMICA DAS SOCIEDADES MODERNAS

I. A ORDEM ECONÔMICA DO CAPITALISMO MODERNO E O SEU ESPÍRITO.

A lei fundamental da economia é a lei do trabalho, e está contida naquele preceito dado pelo Criador ao primeiro homem, depois do pecado: "Comerás o pão com o suor do teu rosto". Pelo seu trabalho, o homem atua sôbre a natureza e, armazenando bens, constitui um capital.

Natureza, trabalho e capital são os três elementos da produção. A economia primitiva resulta do simples aproveitamento daquilo que a natureza proporciona, como se dá no regime da colheita ou na caça e na pesca. Com pouco trabalho, e sem necessidade de nenhum capital, os homens encontram tudo de que precisam para satisfazer às suas necessidades vitais de ordem material. Mas logo começam êles a transformar a natureza, ou fazê-la produzir mais e melhor, surgindo assim a agricultura. Com o correr dos tempos o trabalho humano vai exercendo em proporções cada vez maiores essa ação transformadora, para o que não bastam as habilidades pessoais ou a fôrça braçal de cada um, mas são necessários instrumentos adequados. Graças à sua inteligência, pode o homem inventar e fazer êsses instrumentos, daí resultando as máquinas e a indústria, que, juntamente com o dinheiro necessário para a compra da matéria prima e a montagem do maquinário, formam o capital.

A atividade econômica vai passando, pois, por diversas fases, na utilização dos produtos naturais e das fôrças cósmicas pelo trabalho humano. A colheita, a economia agropastoril, o artesanato e a indústria mecanizada sucedem-se sem que o aparecimento de uma destas formas implique a extinção da anterior ou das anteriores, que podem subsistir mas deixam de ser exclusivas ou de manter a primazia. Vemos hoje a mecanização, depois de dominar o trabalho industrial, ser estendida à lavoura.

Na economia moderna, aos dois primeiros elementos mencionados acima — a natureza transformada e o trabalho transformador — acrescenta-se o capital com um papel de direção cada vez mais acentuado.

A economia medieval pode considerar-se pré-capitalista. O papel primacial cabia ao trabalho, e a produção ficava restrita às necessidades do consumo. A atividade econômica de cada um se dirigia simplesmente à obtenção do necessário para assegurar a própria subsistência. Os artífices especializados eram conhecedores do seu ofício e o dominavam com verdadeira arte, sem os excessos de especialização da indústria moderna, em que por vêzes os operários não sabem senão fazer funcionar determinada peça de uma grande máquina, repetindo a mesma operação durante horas e horas, monótona e automàticamente. Estavam organizados em corporações, que regulamentavam a produção e o comércio. Os próprios trabalhadores tinham, pois, a direção da vida econômica e possuiam os seus instrumentos de trabalho, não havendo oposição entre capital e trabalho, ou entre "empregadores" e "empregados" como classes distintas.

Isso pelo que diz respeito ao trabalho nas pequenas cidades, que precederam os grandes centros urbanos da época do capitalismo. Era o artesanato livre, sob o regime corporativo. Quanto ao trabalho dos campos, nas terras pertencentes aos senhores feudais, estava ainda em regime servil. Com a suavização dos costumes, graças à influência da Igreja, deixara-se a escravidão dos tempos do paganismo antigo, e a condição dos trabalhadores em tôda parte melhorara sensìvelmente. O servo da gleba não era um pária, como o escravo antigo; estava ligado à terra e não ao senhor, razão pela qual não podia deixar a gleba em que trabalhava, adquirindo assim uma situação de estabilidade.

Mas o que importa aqui considerar, num paralelo entre a economia medieval pré-capitalista e a economia capitalista moderna, é aquela ausência da dualidade de classes entre os que se entregavam à produção no regime da incipiente indústria manufatureira da época. Outro traço característico de fundamental importância na economia medieval é o fato de que esta se achava tôda voltada para atender às necessidades do consumo. Os artífices produziam para viver com o produto do seu trabalho, sem preocupação de auferir grandes lucros e de acumular riquezas.

Na ordem econômica instaurada pelo capitalismo moderno, uns contribuem com os instrumentos de produção, e outros com o seu trabalho pessoal para fazer com que tais instrumentos produzam. Daí a separação entre capital e trabalho, provocando a formação de classes que, pelos motivos indicados mais adiante, se tornaram antagônicas e hostis.

Como nota *Nell-Breuning,* essa dualidade Capital-Trabalho "só poderá ser inteiramente evitada na emprêsa individual ou na familiar. Quanto maior o emprêgo de "meios artificiais de produção" (não mais simples ferramentas e aparelhos, mas gigantescas instalações de maquinaria), tanto mais sobrepujam as indústrias as possibilidades do trabalho de um só homem ou de uma família, exigindo a cooperação de um grande número de fôrças de trabalho, sem as quais êsses poderosos estabelecimentos não poderiam de forma alguma funcionar. É preciso, pois, que muitos trabalhadores trabalhem com os mesmos meios de produção, nos mesmos altos fornos, nas mesmas esteiras e nas mesmas linhas de montagem. Pretender que o operário industrial trabalhe com seus próprios meios de produção, como fazia e faz ainda hoje o artesão, é simplesmente impossível.[1]

Isto quer dizer que o capitalismo moderno, com a grande indústria, veio também separar a família da oficina do trabalho. Esta foi substituída pela fábrica, na qual se dá uma concentração de operários que vêem reduzida ao mínimo a convivência no lar doméstico. No artesanato há o trabalho em família, mas na grande indústria isto se torna impossível. Desta forma, a família deixou de ser unidade de produção para continuar apenas como unidade de consumo. A família do agricultor ou do artesão é reforçada na sua coesão pelo fato de ser uma comunidade de

1. *Oswald Von Nell-Breuning,* CAPITALISMO E SALÁRIO JUSTO (Tradução portuguêsa), São Paulo: Editôra Herder, 1964, p. 23. O fundamento jurídico-social do capitalismo, segundo a caracterização dêste sistema feita por *Getzeny,* repousa em três pontos: 1) propriedade privada; 2) separação entre capital e trabalho; 3) preponderância do capital. Cf. *H. Getzeny,* CAPITALISMO E SOCIALISMO, Pôrto Alegre: Livraria do Globo, 1939, p. 29.

trabalho reunindo o marido, a mulher e os filhos em tôrno da mesma tarefa e das mesma preocupações, ao passo que a família do operário fabril, no industrialismo absorvente, fica mais exposta à desagregação.

Quanto à produção, que antes se destinava à cobertura do consumo, passou a ser ordenada ao lucro. Neste sentido é que se diz que a economia medieval era uma economia de consumo e a economia capitalista moderna é de produção, pois ela tende ao lucro do empreendedor e ao aumento da produção, caminhando para a superprodução e utilizando-se da propaganda, que muitas vêzes faz surgir necessidades artificiais para dar vazão às mercadorias. Vemos, no capitalismo, como ponto de partida, uma soma de capital a ser empregada com fito de lucro.

A ordem social da Idade Média não estava orientada tão fortemente para as atividades econômicas. Produzia-se para viver, não se vivia para produzir. O objetivo de lucro introduzido pelo capitalismo foi criando a mentalidade do "homem econômico" moderno, e trouxe desde logo os germes do comunismo. Na sociedade comunista, prevalece a idéia de uma ordem social em função das fôrças econômicas, e o homem é considerado primordialmente um agente produtor.

Ainda no dizer do autor citado, o capitalismo moderno pode ser entendido como processo econômico para aumentar um patrimônio lucrativo expresso em cifra monetária. Nesta conceituação, encontramos os seguintes elementos:

"1) *Patrimônio lucrativo*: uma pessoa possui um patrimônio e deseja servir-se dêle para *lucrar;* em outras palavras: para aumentar êsse patrimônio". Por aí se pode perceber a dinâmica da produção capitalista, impulsionando para a superprodução do hipercapitalismo. Para que o aumento do patrimônio? Responde o mesmo autor: "para tornar a aumentar, e ainda em *maior escala,* o patrimônio aumentado".

"2) O lucro deverá obter-se *pelo patrimônio.* Isso não significa que o possuidor do patrimônio lucrativo (o "capitalista") não queira trabalhar também. Muitos e mesmo a maioria dêsses proprietários trabalham até o limite de suas fôrças... até esgotá-las prematuramente. Mas o lucro é, no parecer dêles, não tanto o fruto de seus esforços, e talvez de seu espírito de empreendedora iniciativa, antes produto do patrimônio empregado para fins de lucro. O emprêgo acertado do patrimônio (no período de reconstrução, em emprêsas de reequipamento; na fase de escassez, na armazenagem dos bens que faltam, etc.) é que decide do êxito".

"3) Patrimônio expresso em uma *cifra monetária*: o lucro visado é posto em relação com a cifra de dinheiro que o representa, e calculado pela percentagem dela. Não importará tanto acrescentar a êsse patrimônio sempre mais parcelas constitutivas, como seriam a ampliação dos locais de uma emprêsa ou a anexação de novos setores, mas antes o aumento da cifra monetária do patrimônio. Será secundário saber quais as coisas cujo valor vem adicionar-se a essa cifra monetária; o de que se trata em última análise é a cifra monetária, como tal. Os capitalistas típicos dessa espécie interessam-se, por conseguinte, mais pelo trabalho de escrituração (contabilidade, balanço), na qual aparecerá demonstrada a decisiva cifra monetária, do que pelas emprêsas em que são produzidos os valores que aparecerão afinal nessa cifra, podendo acontecer até que êles jamais tenham visto suas emprêsas".[2]

Essa análise torna patente a verdadeira revolução operada pelo capitalismo na vida econômica dos povos: a economia essencialmente ordenada à produção, a produção para o lucro e o lucro como fim em si mesmo. As atividades econômicas e financeiras passaram a ser orientadas no sentido da formação e do reinvestimento do capital.

Na economia pré-capitalista tínhamos o seguinte esquema:

MERCADORIA — DINHEIRO — MERCADORIA

Um trabalhador produzia alguma coisa a fim de, com o dinheiro alcançado pela venda dêsse produto, comprar outra coisa de que precisasse para o seu uso.

Com o sistema capitalista os têrmos se inverteram:

2. *Breuning*, obr. cit. pp. 14-15.

DINHEIRO — MERCADORIA — DINHEIRO

O capital inicial serve para produzir alguma coisa, cuja venda, segundo o valor que ela alcança no mercado, vai dar um lucro, permitindo aumentar o capital.

No primeiro caso o que vemos é a economia à medida do homem. O fim da produção é a necessidade pessoal do produtor.

No segundo caso, o homem coloca no lucro o fim da sua atividade, e o que se tem em vista é, no dizer de *Nell-Breuning*, a cifra monetária como tal.

Êste espírito de lucro fàcilmente se transforma em desmedida ganânciosidade, pela avidez de enriquecer indefinidamente, daí resultando o exercício da atividade econômica não mais subordinada à lei moral.

Se a dissociação entre o capital e o trabalho caracteriza o sistema capitalista, esta separação entre a economia e a moral gerou o espírito individualista dominante no capitalismo liberal-burguês dos séculos XIX e XX.

Daí a distinção feita pelo grande economista *Toniolo* entre dois sentidos da expressão "economia capitalista": "um primeiro e correto, isto é, de um sistema de relações econômicas, em que prevalecem pela importância comparativa as classes superiores possuidoras do capital. Neste sentido a palavra denota uma fase normal da economia dos povos, afirmação de uma certa maturidade e medida de um crescente poder do homem".[3]

O segundo sentido corresponde ao sistema capitalista viciado por aquêle espírito individualista, oriundo do naturalismo econômico moderno. Então, "economia capitalista" ou "capitalismo" são expressões comparáveis a egoismo, parlamentarismo, socialismo, que significam a perversão de um conceito normal. O egoismo é o amor próprio desordenado, o parlamentarismo é a perversão do sistema representativo parlamentar e o socialismo é uma concepção que exagera o predomínio que de fato deve reconhecer-se ao interêsse social sôbre o interêsse individual. Neste sentido, pois, capitalismo quer dizer a corrupção do sistema capitalista, quando ao capital se atribui uma função indébita de tal maneira que êle se torna *"iniquo* pela sua origem, *desproporcionado* pelas suas aplicações concretas, *nocivo* pelos seus efeitos, transformando-se por sua vez as classes superiores correspondentes em fator de desordem social mais do que elemento de conservação e progresso".[4]

3. *Giuseppe Toniolo*, CAPITALISMO E SOCIALISMO, Roma: Edizione del Comitato Opera Omnia di G. Toniolo, 1947, pp. 201-202.

4. *Toniolo*, obr. cit., p. 204

2. — ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO.

Os descobrimentos marítimos e as grandes invenções assinalam o início da era moderna, marcados também profundamente pela revolução espiritual decorrente da Renascença e sobretudo do protestantismo. Todos êstes acontecimentos históricos tiveram a sua influência bastante acentuada na formação do capitalismo.

Da economia medieval para a economia moderna não há um salto ou uma súbita mudança. O capitalismo tomou impulso com as navegações e o comércio exterior, mas já se vinha constituindo nos últimos séculos da Idade Média. Suas primeiras manifestações se encontram na época do desenvolvimento da vida urbana e dos mercados. Nas cidades italianas, onde estêve também o berço da Renascença, e nos Países Baixos, que sempre foram uma porta aberta no norte da Europa ao comércio com o Oriente, a classe dos mercadores foi ganhando prestígio e os pequenos artífices, fora dos quadros rígidos das corporações, começaram a produzir tendo em vista não apenas o consumo local mas também as solicitações de mercados longínquos. O que verdadeiramente representa o início do capitalismo é a economia de mercado. Frente aos grandes domínios agrícolas e aos burgos senhoriais, surge o mercador, um elemento de transformação, apoiado na pequena indústria. A Europa vai então deixando uma economia autárquica e regionalmente dividida, em lugar da qual se expande um sistema econômico baseado na troca à distância, na mobilidade da riqueza e no trabalho livre. A intensificação do tráfico, o aperfeiçoamento da circulação monetária e o desenvolvimento do crédito são elementos a favorecerem êste nôvo sistema.[5]

---

5. *J. Calmette*, LE MONDE FÉODAL, "Clio", IV, Presses Universitaires de Paris: France, 1951, p. 184; *H. Pirenne*, HISTORIA ECONOMICA Y SOCIAL DE LA EDAD MEDIA (tradução espanhola), Mexico: Fondo de Cultura Economica, p. 189.

O capitalismo, de início *comercial*, passa depois a ser *financeiro* e finalmente atinge o carater *industrial*. Em seguida ao mercador aparece o banqueiro, um e outro preparando o ambiente para as grandes emprêsas da indústria moderna, que pressupõem o crédito e se destinam à conquista dos mercados.

O capitalismo é uma economia de mercado e uma economia de emprêsa. Quanto a esta última, a seu respeito escreve *François Perroux*: "A emprêsa combina tècnicamente e econômicamente fatores da produção que lhe são trazidos por agentes distintos do empreendedor. São os trabalhadores salariados. São os capitalistas emprestadores. Enquanto a exploração artesanal sob suas formas originais implica combinação de fatores que, na sua maior parte, são fornecidos pelo próprio artesão, a emprêsa só aparece quando o mercado dos fatores da produção lhe fornece uma parte substancial ou a mais larga parte do trabalho e do capital que ela emprega".[6]

A emprêsa é assim "o *microcosmo capitalista*, a instituição cardeal do capitalismo", na expressão do mesmo autor, o que, é bem de ver, se aplica ao capitalismo industrial, cujo surto ocorreu após o aparecimento da máquina.

O desenvolvimento do capitalismo acompanha o da burguesia, a classe social beneficiária dêste sistema econômico, erguido sôbre as ruínas do mundo feudal. Os historiadores assinalam, no século XIV, uma espécie de revolução democrática, pela entrada da burguesia na cena política de alguns povos. Em Portugal foi quando se deu a ascenção do Mestre de Aviz ao trono, conduzido pelo povo de Lisboa e tendo os seus direitos defendidos perante as Côrtes pelo Dr. João das Regras, pertencente, como todos os legistas, à classe burguesa. O capitalismo em Portugal e na Espanha apresenta característicos especiais, em virtude da ação da Coroa dirigindo a grande obra das navegações, do comércio exterior e do povoamento das terras descobertas.[7]

6. *F. Perroux*, LE CAPITALISME, Paris: "Que sais-je?", n.º 315, P. U. F., 1958, p. 15.

7. Quanto a Portugal, veja-se *Manuel Nunes Dias*, O CAPITALISMO MONÁRQUICO PORTUGUÊS (1415-1549), Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno, Coimbra, volume I, 1963.

Um aspecto importante a considerar no capitalismo monárquico das nações ibéricas é que êle não se ordenava apenas a objetivos econômicos ou a satisfazer simplesmente à "razão de Estado" — essa norma formulada por *Maquiavel* e que começava a inspirar a política dos Estados europeus — mas estava subordinado a um ideal superior. A obra da navegação e das conquistas, desde os seus primórdios em Portugal, com o Infante D. Henrique, e do seu impulso inicial na Espanha, com os Reis Católicos, realizava, segundo a linguagem de *Camões*, a dilatação da Fé e do Império. A conquista de novos mundos dava-se em continuidade histórica com a epopéia da Reconquista, cujas lutas duraram quase oito séculos até que aquelas nações peninsulares chegassem a expulsar definitivamente do seu solo os adeptos do islamismo. É bem significativo que tenham ocorrido no mesmo ano a ocupação de Granada, último reduto árabe na península, e o descobrimento da América.

Tal aspecto não escapou a *Sombart*: em sua clássica obra sôbre o capitalismo moderno, observa êste autor que sôbre os espanhois se projetava um reflexo da Idade Média.[8] Precisamente na época da expansão marítima luso-espanhola, que é também a da Renascença e do protestantismo, a unidade espiritual da Idade Média se desfaz e os povos separados geogràficamente pelos Pirineus passam a constituir dois mundos culturais distintos: de um lado, a Europa protestantizada e depois racionalista, do outro o mundo hispânico em expansão, fiel aos ideais da Cristandade medieval. Filipe II, unificando debaixo de sua soberania os imensos territórios conquistados por espanhóis e portuguêses, naquele império "em que o sol não se punha", surge como o campeão do Catolicismo em face de luteranos ou calvinistas, como os seus antecessores o haviam sido na luta contra os maometanos.

Se os descobrimentos marítimos representam uma fonte fecunda do capitalismo moderno, um dos fatos mais significativos a assinalar no seu desenvolvimento histórico é o deslocamento do eixo do capitalismo monárquico de Portugal e da Espanha

8. *Sombart*, DER MODERNE KAPITALISMUS, III: DAS WIRTSCHAFTSLEBEN IM ZEITALTER DES HOCHKAPITALISMUS (1.ª parte), Berlim: Duncker & Humblot, p. 60.

para as potências européias de além-Pireneus, ao mesmo tempo em que os proveitos do comércio do Nôvo Mundo iam escapando àquelas duas nações para cair nas mãos da Inglaterra, da Holanda e da França.[9]

Foi nesse mundo europeu, transformado pelo naturalismo renascentista e pelo protestantismo, que se formou o moderno espírito capitalista, sendo de notar um fato de importância capital: a influência dos judeus, expulsos da Espanha por Fernando e Isabel, e passando a exercer uma atuação decisiva nos negócios e na política de outros povos.[10]

O capitalismo financeiro, oriundo do capitalismo comercial, fomentava a circulação das riquezas e dava origem à acumulação dos capitais. As bolsas suplantavam as grandes feiras, e os bancos iam ganhando uma preponderância cada vez maior, resultante do desenvolvimento do crédito.

O empréstimo a juros muito contribuiu para êsse nôvo estado de coisas. Durante a Idade Média, a Igreja condenara, combatendo a especulação e os excessos do comércio do dinheiro.[11] Nos países em que era maior a influência do protestantismo os homens começavam a se sentir livres de tais restrições de ordem moral. Essa influência foi muito bem estudada por *Max Weber* e outros autores, entre os quais o próprio *Sombart*.[12] A teologia calvinista favorecia a criação da nova mentalidade capitalista com a teoria da predestinação, segundo a qual todos os homens são desde a eternidade destinados por Deus ao céu ou ao inferno, independentemente do seu procedimento nesta vida, sendo o bom êxito nos negócios um sinal da futura salvação.

Com as monarquias absolutas o sistema capitalista encontrava sua primeira fundamentação doutrinária, entre os adeptos do mercantilismo. Cumpre lembrar que as monarquias medievais haviam sido tipos de govêrno limitado, não só em virtude dos grandes poderes reconhecidos aos senhores feudais, mas ainda pela atividade da Igreja na vida pública e pelo regime das liberdades locais, de comunas ou cidades e regiões, regime tão florescente, por exemplo, entre os reinos da península ibérica (*fueros*). Depois da Renascença, e ainda aqui por influência do protestantismo, o poder real foi-se fortalecendo cada vez mais, em detrimento daquelas unidades autônomas que antes o limitavam. O aumento do erário público, com o ouro e a prata da América, as novas armas de guerra, resultantes do uso da pólvora e tornando obsoletos os sistemas de defesa dos castelos senhoriais, favoreciam o crescimento do poder do rei, cuja interferência na vida das corporações econômicas e da própria Igreja preludiava a enorme centralização do Estado moderno.

Assim como o direito romano vinha dar ao absolutismo suas bases jurídicas — com o princípio "o que agrada ao príncipe tem fôrça de lei" — da mesma forma o mercantilismo fornecia aos monarcas uma justificação para a tarefa de direção da vida econômica, que começavam a assumir.

---

9. *Henri Sée*, LES ORIGINES DU CAPITALISME MODERNE, Paris: Lib. Armand Colin, 1930, págs. 49 e 67.

10. São bem conhecidos os trabalhos do grande historiador do capitalismo moderno, *Werner Sombart*, em tôrno do assunto, nos livros sôbre OS JUDEUS E A VIDA ECONÔMICA e O BURGUÊS, além da obra fundamental já citada.

11. Até meados do século XVIII tanto a lei eclesiástica como as leis civis proibiam o empréstimo a juros. Esta prática tornou-se hoje corrente e passou a ser admitida pelo direito canônico e pelo direito civil. O princípio de justiça em que se fundamentava a proibição de outrora e a permissão de hoje é sempre o mesmo. O que mudaram foram as circunstâncias. Com a significação que a moeda passou a ter em nossos dias, o empréstimo sem juros é que poderia redundar em injustiça. Tenha-se em conta o fenômeno da desvalorização e os surtos inflacionários. As seguintes circunstâncias ou títulos acidentais podem justificar a percepção de juros: dano emergente, lucro cessante, risco do capital, perigos do atraso ou da mora. Tudo isto faz com que no regime econômico atual um juro razoável seja exigido nos empréstimos. O que é sempre condenável e imoral é a usura — juros não devidos ou exagerados — e conseqüentemente a agiotagem. Cf. *Valère Fallon*, PRINCIPES D'ÉCONOMIE SOCIALE, 5.ª ed., Museum Lessianum, L'Édition Universelle (Maison d'édition A. Wesmael — Charlier), 1935, págs. 323-331.

12. *Max Weber*, DIE PROTESTANTISCHE ETHIK UND DER GEIST DES KAPITALISMUS, publicado pela primeira vez no ARCHIV FÜR SOZIALWISSENSCHAFT UND SOZIALPOLITIK, volumes XX e XX (1904-1905).

O mercantilismo não chegou a ser uma escola ou uma teoria elaborada metòdicamente, mas aquêles que o punham em prática partiam de certas idéias gerais difundidas na época. Assim, Colbert, ministro de Luís XIV, foi um dos expoentes da política mercantilista, cujas normas se encontram nas suas instruções, nas suas cartas ou em exposições de motivos de seus decretos, e não em um tratado ou uma obra sistemática. Depois da afluência do ouro e da prata procedentes da América, começou-se a identificar a riqueza com os metais preciosos. Os governos procuravam aumentar a quantidade da moeda em circulação, controlar a importação, para que não excedesse a exportação, e assegurar um sistema de tarifas aduaneiras ao mesmo tempo em que suprimiam taxas internas.

3. O APOGEU DO CAPITALISMO: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E LIBERALISMO ECONÔMICO

Na primeira fase do capitalismo moderno, homens de negócio empreendedores surgiam das várias camadas sociais, especialmente da burguesia. Já nos tempos do Imperador Carlos V os Fugger, de Augsburgo, a princípio comerciantes, depois proprietários de minas e finalmente banqueiros, tornavam-se verdadeiros potentados na sua época. Mas os verdadeiros dirigentes econômicos foram príncipes como Gustavo Wasa, Frederico II, Francisco I e outros, e mais tarde altos funcionários ou ministros como Colbert, na França, e posteriormente Pombal em Portugal. O centro propulsor estava nas esferas governamentais, o Estado começava a exercer uma atividade no mundo dos negócios e o poder político servia-se dos banqueiros para a realização dos seus fins. Desta forma, o capitalismo monárquico se sobrepunha ao comercial e ao financeiro.[13]

A partir da segunda metade do século XVIII, o capitalismo entra no seu período de esplendor, oriundo do desenvolvimento das indústrias. O século XIX assinala de um modo cada vez mais acentuado êsse apogeu, cujo têrmo final podemos colocar num dêstes dois acontecimentos: a guerra mundial de 1914 ou a crise econômica de 1929.

Segundo *Sombart,* o traço mais saliente dessa época de apogeu é a mudança da direção da vida econômica, passando esta para as mãos dos empresários capitalistas. É claro que isto não se verifica nas esferas da economia agrária fora dos moldes capi-

13. A economia pré-capitalista da Idade Média tinha um cunho comunitário, e a direção da produção e do trabalho cabia às corporações de ofício. Dêstes grupos dependia a estruturação da vida econômica. Assim mesmo destacavam-se, na economia rural, os senhores feudais com os seus intendentes e os abades dos mosteiros, e nas cidades os mais antigos mestres dos grêmios corporativos e o patriciado comercial em ascenção.

talistas, nem no artesanato ou na economia pública. Mas nas unidades de produção industrial, em que se realiza plenamente a idéia da forma capitalista como economia de emprêsa, recaem sôbre o empresário tôdas as responsabilidades e tôdas as possibilidades de ganhar ou perder. A fôrça propulsora da economia capitalista moderna é, assim, o empresário capitalista. Sem êle nada se faz, dêle dependem o capital e o trabalho, e mediante a sua iniciativa ou o seu apoio são realizados os inventos técnicos.[14]

Quanto à emprêsa capitalista, unidade de produção, tem por fim o lucro do empreendedor. Êste objetivo determina uma atividade cada vez mais intensa, da qual resulta o aceleramento do ritmo da vida, valorizando-se de um modo equivalente o dinheiro e o tempo (*time is money*). Na economia artesanal trabalha-se mais vagarosa e despreocupadamente, e há mais lugar para a preocupação artística. Os trabalhos em sêda no Oriente, os bordados e tapeçarias se executam lentamente. Como na Europa medieval, entre os povos orientais de hoje ainda se escreve e fala sem pressa e com muitas cerimônias. Tudo isto vai aos poucos desaparecendo com a racionalização da vida econômica pelo capitalismo, racionalização esta em que o homem vai sendo anulado pelo predomínio da máquina e, em nossos dias, pela automação.

A aplicação da máquina a vapor às indústrias foi o acontecimento histórico de maior importância na história do capitalismo. Transformou inteiramente as condições de trabalho, deu novas e imensas possibilidades à produção, preparou a era tecnológica. A técnica, em si mesma, deveria favorecer o homem no domínio da natureza e na extensão a tôda a sociedade de condições de vida mais favoráveis. Os benefícios do progresso técnico, na ordem do bem-estar material, fizeram-se sentir, mas nuvens sombrias vieram toldar um panorama luminoso: o modo pelo qual foi utilizada a máquina suscitou gravíssimos problemas sociais, provocando um desajustamento entre as classes e uma crise que acabou por atingir o sistema capitalista, pondo-o em cheque.

---

14. *Sombart*, DER MODERNE KAPITALISMUS, volume citado, capítulos I e II.

Alguns anos antes da segunda guerra mundial, uma revista francesa, publicando interessante reportagem sôbre o assunto, trazia na sua capa a enorme roda dentada de uma fábrica triturando um operário, com esta legenda: "fim de uma civilização?"

Depois das duas conflagrações que sacudiram a humanidade e das crises econômicas gerando o desemprêgo em massa, desfaziam-se as ilusões da era vitoriana inglêsa, dos tempos da *prosperity*, e a linguagem dura dos fatos vinha desmentir o otimismo dos que afirmavam a evolução dos povos na linha de um progresso indefinido.

Mas consideremos agora o capitalismo naquela fase, início do seu auge, coincidindo com a introdução da máquina e o desenvolvimento da grande indústria. É importante levar em conta um elemento de natureza ideológica sem o qual a evolução do capitalismo não teria sido o que foi: o liberalismo econômico.

Ao mercantilismo controlador e protecionista, protegendo especialmente as manufaturas e o comércio, veio opor-se a doutrina dos fisiocratas, entre os quais se destaca o economista *Quesnay*, autor do TABLEAU ÉCONOMIQUE.[15] Preconizavam o domínio da natureza nas relações econômicas, donde o nome de "fisiocracia". Partiam da hipótese difundida no século XVIII de um "estado de natureza" anterior à vida social, em que o homem seria bom e feliz. As condições dêsse estado primitivo deveriam, segundo os fisiocratas, ser restabelecidas mediante um regime de ampla liberdade individual e no respeito às leis naturais que governam a atividade econômica, leis estas às quais o Estado não deve opor-se com suas interferências e regulamentações. Daí a famosa fórmula: *laissez faire, laissez passer*. Ou como diriam os italianos: *il mondo va da se*. Limitando-se a garantir a segurança das pessoas e dos bens, o Estado tornar-se-ia um mero mantenedor da ordem, pro-

---

15. *Quesnay* era médico de *Luís XV*. A exemplo de *Colbert*, na época do mercantilismo, teve também a "fisiocracia" um ministro de Estado a defender e aplicar os seus princípios: *Turgot*, no tempo de *Luís XVI*. Outros nomes da mesma corrente: *Mirabeu*, *Mercier de la Rivière*, *Dupont de Nemours*, *Gournay*.

porcionando aos indivíduos uma ampla liberdade de produção, de trabalho, de concorrência e de comércio. Disso resultaria espontâneamente o equilíbrio e a prosperidade geral.

Tais idéias foram também as do liberalismo econômico, embora mais mitigadas em alguns autores. O título de um livro de *Bastiat* é bem significativo: "As harmonias econômicas". Estas harmonias resultariam, a seu ver, do livre jôgo dos interêsses e da conformidade com a ordem natural. *Adam Smith* exerceu grande influência no liberalismo inglês, e depois dêle *Ricardo*, enquanto na França *J. B. Say* dava uma coloração mais forte às idéias de *Smith* dentro do quadro geral criado pelo liberalismo político da Revolução de 1789. A Escola de Manchester pregava um liberalismo intransigente, e na mesma linha do pensamento economista liberal se destava *Stuart Mill*, doutrinador político e filósofo.

Na obra fundamental de *Adam Smith*, sôbre a riqueza das nações, editada pela primeira vez em Londres em 1776 e traduzida em várias línguas, o autor sustenta a tese de que os homens são sempre impulsionados pelo interêsse pessoal, daí resultando também um benefício para a coletividade, pois procurando cada um satisfazer ao seu próprio interêsse serve melhor à sociedade do que se se propusesse fazê-lo. Vemos nisto o utilitarismo da filosofia inglêsa na tradição procedente sobretudo de *Bentham*, e daí o individualismo e o sensualismo econômicos passam também para outros autores, como o de *Say*.

Smith dava grande importância à divisão do trabalho, para o aumento da produtividade. Tornou-se êste princípio uma das molas propulsoras do sistema capitalista. Argumentava-se com fatos bastante convincentes, como êste: pela divisão do trabalho dez operários conseguiriam fazer 48.000 alfinetes por dia, ao passo que cada um trabalhando isolado não faria mais do que vinte.

Com o maquinismo e a divisão do trabalho a economia capitalista ia se expandindo mais e mais, ao mesmo tempo em que o livre câmbio permitia o alastramento, pelo mundo afora, das riquezas e dos bens produzidos, bem como a conquista de mercados para dar vazão à produção crescente.

O movimento livre-cambista era sobretudo do interêsse da Inglaterra, saturada de produtos industriais, que iam muito

além das necessidades do consumo interno. Por outro lado, nada tinha aquêle país a temer da importação, pois os outros países não estavam em condições de se lhe avantajar na concorrência.

Tal era o estado da política econômica exterior, ao fim das guerras napoleônicas. O liberalismo dominou durante todo o século XIX. Houve, entretanto, nas últimas décadas dêsse século uma volta à orientação dos tempos do mercantilismo. A economia liberal, na concepção de *Smith*, correspondente ao capitalismo em expansão, admitia um aumento indefinido da produtividade e conseqüentemente uma prosperidade geral, sem que as riquezas das nações mais favorecidas acarretassem o empobrecimento de outras. Segundo o mercantilismo, pelo contrário, as nações tôdas participavam de uma riqueza comum e em princípio limitada, de tal maneira que o enriquecimento de cada uma só poderia verificar-se com o sacrifício das demais. Isto porque o mercantilismo considerava a riqueza tendo por fontes o ouro e a prata, ao passo que o liberalismo concebia-a em função da produção industrial no crescendo indefinido resultante da técnica e dos novos processos de trabalho. Mas êste mesmo liberalismo, assegurando campo aberto para a expansão das fôrças produtoras, fazia com que tais fôrças começassem a cuidar dos seus interêsses e de vencer na concorrência, chegando a um ponto em que precisavam servir-se do Estado para a sua defesa. A necessidade de proteger os interêsses capitalistas e fortalecer a economia interna fêz surgir o chamado neo-mercantilismo, expressão econômica do imperialismo.

Na época do mercantilismo, o Estado dirigia a economia. Depois, com o liberalismo, passou a desinteressar-se dela. Finalmente, as fôrças econômicas começaram a controlar o poder político, e assim a economia a dirigir o Estado. Ao afã de lucro, característico do capitalismo, acrescentava-se o afã do poder, estendendo-se para além das fronteiras, na busca de mercados e de matéria prima e na política de colonização.[16]

---

16. *W. Sombart*, volume citado, capítulo VI; *H. Hauser, J. Maurain* e *P. P. Benaerts*, DU LIBÉRALISME À L'IMPÉRIALISME (vol. XVII da coleção PEUPLES ET CIVILISATIONS), P. U. F.; *M. Baumont*, L'ESSOR INDUSTRIEL ET L'IMPÉRIALISME COLONIAL (vol. XVIII da mesma coleção).

Nesta fase da sua história, o capitalismo viu deslocar-se o eixo da vida econômica. Surgiram, como potências dominantes, a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos. O que explica o grande progresso industrial dêsses povos é a reserva carbonífera existente no seu solo e permitindo a utilização da máquina.[17] Basta lembrar que, dos meados do século passado até cêrca de 1920, 80% da extração mundial do carvão era feita em jazidas daqueles três países, refletindo-se proporção equivalente no progresso da siderurgia.

Nascido na Itália da Renascença e nos Países Baixos, o capitalismo florescera nas monarquias católicas e latinas: Portugal, Espanha e depois a França. Passava em seguida a países cujo subsolo fornecia a matéria prima indispensável ao surto industrial da era da máquina a vapor. Tratava-se de povos protestantes, com ambiente propício à formação da mentalidade ou do espírito capitalista descrito por *Toniolo* e analisado por *Sombart* e *Max Weber*.

17. Ver a respeito o notável trabalho de *J. Pires do Rio*, O COMBUSTÍVEL NA ECONOMIA UNIVERSAL, São Paulo: Livraria José Olympio Editôra.

4. A NOVA ORDEM POLÍTICA E A QUESTÃO SOCIAL.

Êsse espírito peculiar ao capitalismo liberal expandiu-se e triunfou não apenas por efeito de uma doutrina econômica, mas principalmente de uma revolução política. O liberalismo econômico pôde ser aplicado graças ao liberalismo político, inspirando a nova ordem instaurada nos Estados europeus sob o influxo dos princípios da Revolução de 1789, princípios êstes que da França se espalharam por outros povos e empolgaram as elites dirigentes dos países americanos na época da independência.

O Estado liberal, dentro de cujos quadros se constituíram as democracias do século XIX, deu ao capitalismo a cobertura jurídica. Não o podemos compreender senão em função de uma visão do universo e do homem preparada pelo humanismo da Renascença e o iluminismo do século XVIII. Passou-se a considerar o homem como um ser moralmente autônomo devendo guiar-se só pela sua razão sem reconhecer uma lei superior dada por Deus.[18] Os fins da atividade humana, por sua vez, começaram a ser valorizados por si mesmos, independentemente de uma subordinação ao fim último para que Deus nos criou: a felicidade eterna. Assim, o objetivo de lucro, determinante da atividade econômica no sistema capitalista, tornou-se para muitos um fim em si. A liberdade deixou de ser considerada um meio para o homem alcançar a sua perfeição, sendo erigida em valor supremo e absoluto. Donde, a autoridade não mais exer-

18. Aliás a lei de Deus estabelece a norma de agir do homem na sua natureza racional, tal como foi criado por Deus. Por isso mesmo ela é acessível à luz natural da razão, quando não perturbada pelas paixões (lei natural). *Kant*, o filósofo por excelência do liberalismo, quis fazer da razão de cada um a suprema legisladora, através do "imperativo categórico". Do pensamento kantiano decorre a idéia de uma absoluta autonomia da vontade, fundamento do liberalismo jurídico.

cer a função de ordenar a liberdade para o bem, limitando-se a conciliar as liberdades de uns e outros no desempenho de um papel de amortecedor dos choques ou conflitos sociais.

Tanto a economia como a política eram separadas da moral, e a religião não mais era reconhecida como algo que deve informar tôda a nossa vida, mas ficava confinada ao interior das igrejas e da consciência privada de cada um. Operava-se uma estranha cisão entre a consciência privada e a consciência pública dos empresários ou dos cidadãos: quando o indivíduo entrava na sua fábrica, no seu escritório, numa repartição pública ou no parlamento deixava do lado de fora os princípios em que fôra educado num lar cristão. A isto se chama a secularização da vida, e o Estado liberal laicista, em nome de uma falsa liberdade de consciência, foi mais longe: suprimiu o ensino de religião nas escolas oficiais, violando assim a liberdade de educação religiosa.[19]

Da mesma forma, o liberalismo, de cunho nìtidamente individualista, negou a liberdade de associação. Isto ocorreu nos seus primeiros tempos, produzindo conseqüências das mais desastrosas no campo social e econômico. Depois do édito de *Turgot* dissolvendo as corporações, em 1776, a famosa lei *Chapelier,* de 1791, abolia totalmente na França o regime corporativo, aliás de há muito em decadência, e o Código Penal chegava a punir a coligação de patrões ou de operários.[20] Tudo isto em nome da liberdade de trabalho, por se achar que as antigas corporações de ofício, com as suas regulamentações, traziam uma série de restrições a que era preciso por fim, uma vez aceita aquela idéia otimista do liberalismo econômico no sentido de que a "ordem natural" imperasse sem sofrer limitações da parte da autoridade do Estado ou de autoridades corporativas.

19. Veja-se, em nota suplementar, a penetrante síntese de *Sombart* sôbre o capitalismo, a secularização da sociedade e o Estado moderno.

20. As disposições drásticas do Código Penal francês contra o direito de "coalizão" vieram a ser mais tarde revogadas. Quanto às associações profissionais, na França, puderam novamente organizar-se depois de 1884 (lei *Waldeck-Rousseau*). Veja-se a respeito, com brevidade e clareza, a exposição sôbre o conteúdo, as implicações e as conseqüências práticas da doutrina individualista e liberal feita por *Diva Benevides Pinho* em SINDICALISMO E COOPERATIVISMO: EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA E PROBLEMAS ATUAIS, São Paulo: Instituto Cultural do Trabalho, pp. 13 a 16.

Além disso, a nova ordem política partia de uma concepção individualista da sociedade. *Rousseau,* no "Contrato social", ensinava que a sociedade se fundamenta numa convenção entre indivíduos cujo estado ideal é o "estado de natureza", devendo a liberdade ampla dêste estado primitivo ser a meta suprema visada pelas organizações políticas. Dizia também que não deve haver sociedades parciais no Estado, e desta forma a comunidade política perdia o caráter orgânico que històricamente sempre teve, constituída por um conjunto de famílias e outros grupos, para se transformar numa poeira de indivíduos em face do poder do Estado.

Alguns países, como a Inglaterra, mantinham a tradição associativa, sem por isso conseguirem escapar aos efeitos da revolução industrial no desequilíbrio que esta provocava entre as classes, pois de qualquer modo o liberalismo inspirava as leis e a orientação dos governos. Maior se tornava a devastação individualista entre os povos que adotavam, em suas constituições políticas, os princípios da Revolução de 1789 levados ao extremo e proclamados "imortais".

Assim surgiu a chamada "questão social", ponto de interseção e de conflito entre o capitalismo e o socialismo. Tormentosa questão, manifestando um flagrante contraste entre as condições aflitivas da população operária e o bem-estar da classe burguesa, beneficiada pelo lideralismo e em plena euforia de um otimismo progressista.

A expressão "questão social" pode ser empregada em duplo sentido. Primeiramente, para significar o problema da vida do homem em sociedade, e como o homem é um ser naturalmente social êste problema se confunde com o da sua própria existência. Num significado mais restrito, ela se cinge ao campo econômico, decorrendo das relações suscitadas pelo trabalho humano. Quando muitos falam em "questão social" aplicam êste têrmo às relações entre o capital e o trabalho, tendo em vista sobretudo a produção dos bens e a remuneração do trabalhador.

Na sua compreensão total, esta questão abrange os problemas concernentes à produção, à repartição e à distribuição dos bens materiais na sociedade, não se devendo, pois, esquecer o consumo e os interêsses do consumidor.

Foi entretanto no tocante ao binômio capital-trabalho, ou mais precisamente, "empresário capitalista-trabalhadores industriais", que o problema se constituiu em tôda a sua acuidade, gerando as crises econômicas e abrindo o caminho para a revolução social.

Vimos que antigamente os trabalhadores tinham no lar a própria oficina, e depois do aparecimento da máquina foram forçados a se dirigir para as grandes fábricas. Os capitalistas construiam seus estabelecimentos, compravam o maquinário, adquiriam matéria prima e faziam produzir mercadorias em grande escala. O que o trabalhador em sua casa levava um dia para fazer, na fábrica podia ser feito numa hora. O produto assim fabricado, com rapidez cada vez maior, graças aos novos processos técnicos, começava a ser vendido por um preço muito abaixo do que custaria idêntica mercadoria produzida na oficina doméstica. Os trabalhadores que ainda produziam em suas casas não podiam suportar a concorrência e tinham que bater às portas das fábricas, tornando-se operários assalariados.

Por outro lado, o regime de ampla liberdade econômica das democracias modernas permitia ao patrão fixar à vontade o salário dos operários. A concorrência entre a máquina e o trabalho humano começava a ser fatal para êste. Máquinas mais aperfeiçoadas lançavam no mercado o que antes, no mesmo período de tempo, só poderia ser feito com 20, 50 ou 100 operários. Resultado: o desemprêgo. E resultado do desemprêgo: os salários baixos, que capitalistas sem consciência impunham aos trabalhadores para auferir lucros fabulosos. Um desempregado preferia aceitar o trabalho por um salário ínfimo a ter que morrer de fome. Ou melhor ia morrendo lentamente, sem ter sequer o necessário para sustentar a família. E daí vinham outros abusos: o trabalho das mulheres e das crianças, o trabalho noturno, o regime de 10, 12, 14 ou até 16 horas de trabalho por dia, sem férias e sem respeito aos domingos e dias santificados.

Concorrência entre a máquina e o trabalho humano. Concorrência dos trabalhadores entre si na busca desesperada de um

emprêgo. Concorrência entre empresários no afã de lucros ilimitados, perecendo as pequenas emprêsas e concentrando-se o capital nas mãos de poucos privilegiados.

A burguesia fizera a revolução liberal, em nome da "liberdade, igualdade e fraternidade". Por isso extinguira as corporações, proclamando ampla liberdade de trabalho, e abolira os privilégios da nobreza, invocando o princípio da "igualdade de todos perante a lei". Mas os excessos da liberdade econômica provocaram uma desigualdade entre os homens maior que a existente na Idade Média e no regime anterior à democracia liberal. Cavava-se um abismo entre as classes — a burguesia e o proletariado — e a classe burguesa, amparada por uma legislação individualista que a favorecia, era beneficiada pelo privilégio do dinheiro. Assim, em lugar da aristocracia constituia-se a plutocracia.[21]

Plutocracia e proletariado eram os dois polos da vida social. A concentração do capital processava-se ao mesmo tempo em que a classe operária ia sendo proletarizada, isto é, ficando numa dependência servil e num estado de condições precárias de vida. Generalizava-se o pauperismo, que não deve ser confundido com a pobreza.

"Pobres sempre os tereis convosco", foi a palavra de Cristo. E a igualdade plena entre os homens nunca passou de miragem enganadora. Quando se tenta alcançá-la mais se agravam os desequilíbrios sociais. Mas aquela desproporção enorme entre as condições de vida das classes e o pauperismo — miséria generalizada numa camada da população — resultava da falta de justiça e caridade nas relações entre os homens.

O trabalho deixava de ser respeitado na dignidade de uma ação humana, tornando-se simples mercadoria sujeita à lei da oferta e da procura. "Quebrava-se uma máquina?" pergunta *Olgiati*, o eminente pensador e mestre da Universidade Católica de Milão. "Trovões, relâmpagos e raios. Arruinava-se um

21. No direito civil, o individualismo encontrava sua expressão máxima no Código Napoleão, a exemplo do qual outros códigos iam sendo elaborados, da mesma forma pela qual a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e as constituições francesas eram imitadas alhures.

homem? A coisa era outra: a carne humana custava tão pouco..."[22]

E pondera o mesmo autor que o sucesso logrado pelo livro "O Capital" de *Marx* foi devido não tanto às teorias acêrca do trabalho e do valor aí contidas, mas principalmente à documentação que reproduzia dos inquéritos oficiais ingleses denunciando ignomínias e monstruosidades das mais clamorosas no mundo industrial.

Em 1891, pela Encíclica *Rerum novarum*, o Papa Leão XIII tinha palavras fortes para verberar a cobiça de uma concorrência desenfreada, a usura voraz e o pesado jugo imposto à multidão de proletários por um pequeno número de ricos e opulentos.[23]

Dois anos antes da *Rerum novarum*, o *Marquês de La Tour du Pin* descrevia a situação de contraste entre uma parte da população nacional que vivia de rendas ou especulações, economizando cada vez mais, e outra que não podia economizar nada. Ao maravilhoso desenvolvimento do maquinismo e ao aperfeiçoamento dos processos de produção não correspondia, de forma alguma, um acréscimo proporcional do bem-estar dos operários, dos lavradores, dos pequenos produtores que não podiam exercer a usura, antes lhe sofriam as deletérias conseqüências. *La Tour du Pin* qualificava a usura de "cancro da economia social moderna". E preconizava uma reforma do regime econômico do seu tempo, bem como do regime político que o sustentava, sob pena de serem destruidos por uma revolução social.[24]

22. *F. Olgiati*, A QUESTÃO SOCIAL (tradução de Monsenhor *F. Magaldi*), Rio de Janeiro: 2.ª edição, 1939, p. 45.

23. Ver, no final desta primeira parte, a nota suplementar sôbre as causas da questão social segundo a *Rerum novarum* (nota 2).

24. *La Tour du Pin*, VERS UN ORDRE SOCIAL CHRÉTIEN (nova edição), Paris, *Gabriel Beauchesne*, 1929, págs. 70-104. E à pág. 85: "A liberdade da indústria, como a entende a nossa legislação liberal, é a liberdade dos ladrões e o aprisionamento dos homens honestos, reduzidos à miséria. A desorganização social em que vivemos no mundo do trabalho gera males incalculáveis que nossos legisladores não podem suspeitar. Outrora 1/10 da população estava numa situação precária, hoje são 9/10". A linguagem é de um nobre católico, nem conservador nem revolucionário, mas tradicionalista e renovador. E enquanto os socialistas, ouvindo a pregação de *Marx* e *Engels*, apelavam para a revolução social, o *Marquês de La Tour du Pin* e seu amigo o *Conde Albert de Mun* pugnavam pela instauração de uma nova ordem corporativa, apontando no socialismo centralizador um agravamento dos males do liberalismo.

O mesmo autor transcrevia êste trecho de *Sismondi*, apontando uma das chagas da sociedade moderna, a centralização exagerada, que em nossos dias acabou por levar ao totalitarismo: "O fim da sociedade humana deve ser o progresso dos homens e não o das coisas. A centralização aperfeiçoa tudo nas coisas, é verdade; ao revés, destrói tudo nos homens. A independência dos pequenos povos foi absorvida pela centralização política; os direitos provinciais, absorvidos pela centralização legislativa; os direitos municipais, pela centralização administrativa; os direitos dos ofícios, pela grande indústria; os direitos do comércio, pelos grandes magazines; os direitos dos pequenos agricultores pelos latifúndios".[25]

A democracia moderna, vendo na sociedade uma simples soma de indivíduos, reunidos para constituir o poder do Estado pelo sufrágio universal, só ao Estado atribuia funções de organizar a vida social. Deixava de reconhecer os direitos dos agrupamentos intermediários existentes entre a família e o Estado. Daí a centralização político-administrativa, correndo paralelamente com a centralização econômica e a concentração financeira do capitalismo industrial e bancário, decorrentes da aplicação de critérios individualistas pelo liberalismo.

A questão social era o caldo de cultura para a germinação do socialismo e do comunismo. A classe burguesa, depois de ter feito a revolução liberal, tornara-se a classe conservadora e diante dela se agitava o proletariado industrial urbano dirigido pelas novas minorias revolucionárias.

25. *Obr. cit.*, à mesma página 85.

5. TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO

A livre concorrência, provocando aquêle exorbitante acúmulo de riquezas, reproduziu a história do pote de ferro e do pote de barro. Do encontro entre os dois não podia resultar senão que êste último fosse despedaçado. O liberalismo fazia suas vítimas: não eram apenas os operários industriais, mas os empresários de poucos recursos, os pequenos lavradores, a classe média. Crescia a proletarização, enquanto, por outro lado, a concentração de riquezas se tornava cada vez mais pronunciada num grupo reduzido de privilegiados, diante dos quais era uma ironia falar aos operários em liberdade de trabalho ou dizer-lhes que todos eram iguais perante a lei.

Essa situação, no processo histórico do capitalismo, foi muito bem descrita por Pio XI na Encíclica *Quadragesimo Anno*: "O que salta aos olhos, em nossa época, não é sòmente a acumulação de riquezas, mas ainda a formação de um grande poder e de uma prepotência econômica discricionária nas mãos de um pequeno número de homens que muitas vêzes nem são proprietários, mas simples depositários e gerentes do capital, que administram a seu bel-prazer.

"Êstes potentados são extraordinàriamente poderosos quando, senhores absolutos do dinheiro, governam o crédito e o dispensam segundo o seu próprio capricho. Dir-se-ia que distribuem o sangue ao organismo econômico cuja vida guardam em suas mãos, de tal maneira que sem o seu consentimento ninguém pode respirar.

"Uma tal concentração de poder e de recursos, traço distintivo da economia contemporânea, é o fruto natural de uma concorrência cuja liberdade não conhece limites: só ficam de pé aquêles que são mais fortes, o que quer dizer os que lutam com mais ímpeto e são destituídos de escrúpulos de consciência".

O afã de lucro e o afã de poder vão acompanhando o capitalismo nas suas transformações. A livre concorrência vai-se destruindo a si mesma, e essa concentração de poderes, no campo

da economia, leva à conquista do poder político, cujos recursos e influências são explorados na luta econômica. Além de disputar a direção do Estado, ou pelo menos exercer uma pressão sôbre os governos, as fôrças econômicas são arrastadas, na defesa de seus interêsses ou na dinâmica do seu expansionismo, ao terreno internacional. Por vêzes os Estados põem o seu poder a serviço dos grupos econômicos, outras vêzes prevalecem-se dêstes para resolver litígios políticos.[26]

Lenin via no imperialismo a "última etapa do capitalismo". Entretanto, não nos devemos esquecer de que houve imperialismo em países de capitalismo incipiente, como o Japão e a Rússia antes da primeira guerra mundial, e por outro lado o sistema capitalista alcançou grande desenvolvimento na Suíça sem manifestação de nenhuma tendência imperialista.

De qualquer forma, o capitalismo continuou a sua marcha, em nosso século, com a propagação do crédito, o aumento das sociedades anônimas, a formação de trustes e cartéis, e o imperialismo econômico unido aos nacionalismos agressivos das grandes potências. O estabelecimento das sociedades anônimas, em escala cada vez maior, veio acrescentar a dissociação entre o capital (títulos de propriedade ou ações) e a direção da emprêsa, gerando tôda uma série de abusos e irresponsabilidades.

No concernente à técnica da produção, transformações sensíveis se assinalaram: à energia a vapor acrescentou-se a energia elétrica, até atingirmos hoje a fase da energia atômica e da automação, abrindo novas e imprevisíveis perspectivas no desenvolvimento econômico e nas mutações sociais.

Por fim, consideremos as alterações do sistema capitalista quanto às relações entre empregadores e empregados. O individualismo liberal foi aos poucos sendo ultrapassado mediante a intervenção do Estado para coibir abusos e dar aos trabalhadores uma proteção legal que lhes estava faltando.

Nas legislações trabalhistas foram sendo incluídos dispositivos referentes ao número de horas de trabalho, ao repouso

26. Além da *Quadragesimo anno,* ver *F. Antônio D'Almeida Morais Junior,* CAPITAL E TRABALHO (2.ª edição), Petrópolis: Editôra Vozes, 1943, cap. XI (págs. 101 a 115) e *H. Getzeny, obr. cit.,* págs. 197 a 200.

semanal, ao trabalho das mulheres e dos menores, às condições de higiene nas fábricas, ao salário mínimo, a férias remuneradas, à aposentadoria, à instituição de abonos e de seguros, etc.

Por sua vez, os sindicatos organizavam a classe operária para a defesa dos seus direitos. Surgindo em alguns países como reação contra o individualismo do direito liberal-burguês, freqüentemente os sindicatos tornavam-se instrumentos da luta de classes pregada por socialistas de vários matizes e pelos anarquistas. Enquadrados na estrutura legal e reconhecidos pelo Estado, em muitos países contribuiam para o entendimento entre as classes e para mais eficaz aplicação das normas legais. Sob inspiração da Igreja, o sindicalismo assumia uma nova feição, tendendo a completar-se pela idéia corporativista.

O sindicato, por definição, é uma associação de classe, ao passo que a corporação abrange tanto os empresários como os trabalhadores de um determinado ramo da produção industrial ou agrícola. Visando à defesa dos interêsses profissionais de indivíduos da mesma condição ou classe social, o sindicato é uma associação operária que encontra diante de si os patrões isolados ou agrupados também em agremiações de classe. As corporações de ofício da época pré-capitalista eram constituídas pelos mestres ou empresários, os companheiros e os aprendizes. Todos os pertencentes a uma determinada profissão integravam a mesma categoria social. Com a separação operada entre capital e trabalho — e conseqüentemente entre a classe patronal e a operária — a idéia do agrupamento corporativo significa a formação de associações que têm por base as unidades sindicais classistas.

Essa idéia foi comprometida pelo regime fascista e outros semelhantes, de tendência para o Estado totalitário. Hoje em dia, para certas pessoas que não conhecem bem o assunto, falar-se em corporativismo é o mesmo que se falar em fascismo. Ora, na realidade o corporativismo fascista é a negação da idéia corporativa tradicional e autêntica num dos seus aspectos fundamentais. Essencialmente, o corporativismo representa o reconhecimento da autonomia dos grupos sociais perante o Estado, com capacidade dêstes grupos para resolverem as questões que lhes dizem respeito, sem interferência do poder político. As antigas corporações tinham a seu cargo a regulamentação da pro-

dução e das condições de trabalho, bem como a fiscalização do comércio, para reprimir os possíveis abusos. Grande parte desta tarefa é o que se encontra hoje disciplinada pelas legislações trabalhistas. E o fascismo, em vez de reconhecer a autonomia das corporações com um poder normativo e disciplinar próprio — correspondente ao poder legislativo do Estado e à atual Justiça do Trabalho — o que fêz foi instituir a corporação como um órgão do Estado, sujeita ao contrôle político do partido único.

Além do sindicalismo e do corporativismo, deve-se levar em conta o desenvolvimento do cooperativismo, com amplas possibilidades de restaurar a união entre capital e trabalho outrora existente. As cooperativas mais numerosas são as de consumo, tendo sido feitas algumas experiências de cooperativismo de produção no âmbito das pequenas indústrias.

A cooperativa corresponde, pois, à organização da *emprêsa,* o sindicato à organização da *classe* e a corporação à da *profissão*.[27]

O ideal de harmonia e entendimento entre as classes encontrou, nestes últimos tempos, uma forma bastante expressiva no domínio dos contratos de trabalho: a contratação coletiva.

Na época do liberalismo manchesteriano, tais contratos eram equiparados aos de locação, se não mesmo aos de compra e venda, uma vez que o trabalho entrava no rol das mercadorias regidas mecânica e inflexívelmente pela lei da oferta e da procura. O salário media-se simplesmente pelo valor dos bens produzidos, sendo dado a título de ingrediente do preço de custo do produto. Com a formação do direito do trabalho distanciado cada vez mais do individualismo jurídico, a devida atenção começou a ser dada às condições pessoais do operário e de sua família.[28]

27. *J. P. Galvão de Sousa,* SOCIALISMO E CORPORATIVISMO EM FACE DA ENCÍCLICA "MATER ET MAGISTRA", São Paulo: Edição Saraiva, 2.ª parte, capítulos V a X; Editôra Vozes, Petrópolis, principalmente à pág. 46. Do mesmo autor, POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO.

28. Em 1882, quando campeava o liberalismo, escrevia *La Tour du Pin*: "O empresário e o operário não ficam quites em boa justiça quando trocam ùnicamente o preço convencionado pelo trabalho convencionado, se não procuram um ao outro, na medida em que isto depende dêles, o que cada um precisa para levar uma vida honesta segundo o seu estado. E para o homem de qualquer estado as exigências de uma vida honesta são: a posse de um lar, meios de aí educar sua famíla segundo sua condição e a possibilidade de poupar (*épargner*) tendo em vista os seus últimos dias, quando não puder mais trabalhar" (*La Tour du Pin*, obr. cit., pág. 12).

Houve patrões que tomaram a iniciativa de distribuir aos operários benefícios acrescidos ao salário, prestando-lhes uma assistência social reparadora da iniquidade de um sistema sem entranhas. Desta forma procuraram enfrentar os argumentos de injustiça dirigidos contra o regime capitalista, amenizando a sorte dos trabalhadores dêles dependentes e melhorando-lhes as condições de vida. A isto se denominou o capitalismo paternalista, expressão atualizada do conservadorismo burguês.

Dêste tipo de capitalismo e daquele capitalismo retrógrado, que mantém os vícios do individualismo liberal, distingue-se o capitalismo orgânico, abrindo possibilidades para o trabalho ser regulamentado em têrmos de igualdade com o capital.

Assim, no caso dos contratos coletivos de trabalho, vemos o patrão ou os representantes de uma associação patronal discutindo com os membros do sindicato de trabalhadores sôbre as cláusulas a serem concluídas no acôrdo que se procura estabelecer. O contrato coletivo fixa as normas a vigorarem daí por diante para tôda uma categoria profissional, normas estas elaboradas sem interferência governamental pelos interessados diretos, isto é, patrões e operários.

A experiência dessa modalidade contratual, notadamente nos Estados Unidos e na Alemanha, tem produzido os melhores resultados. Salários, férias, condições de trabalho, greve e *lockout,* soluções de conflito e outras várias matérias constituem o seu conteúdo, daí resultando um verdadeiro "traço de união" ou de compreensão entre o capital e o trabalho.[29] Nos Estados

29. *J. V. Freitas Marcondes,* "O CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO COMO BASE DO DIREITO SOCIAL NORTE-AMERICANO, publicado na *Revista de UCBEU,* São Paulo, n. 3, Dezembro 1957, e A SOLUÇÃO IDEAL DAS "GRIEVANCES" NA CONTRATAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, em PROBLEMAS

Unidos há atualmente mais de cem mil contratos coletivos em vigor. Na Alemanha tendem a desaparecer os contratos individuais de trabalho. Noutros países, como a Inglaterra, a França, a Itália, o México, o Canadá e o Japão, a contratação coletiva é também uma realidade. Entre nós, já existe o instituto de longa data, mas tão sòmente no papel, esboçando-se tìmidamente alguns ensaios.

O grande valor do sistema de contratação coletiva, como meio de solucionar os problemas das relações entre o capital e o trabalho, está na oportunidade oferecida a estas duas categorias para resolverem as questões que lhes dizem respeito com plena autonomia em face dos poderes públicos. O Estado não deve imiscuir-se, e a Justiça do Trabalho, tal como a temos presentemente no Brasil, pode assim ser substituída por um instrumento muito mais eficaz para a solução dos dissídios.

O bom resultado do sistema depende de um sindicalismo bem constituído e de líderes sindicais devidamente capacitados. Mas o que sobretudo importa é que reine, entre patrões e operários, aquela mútua e sincera compreensão cuja fonte só pode ser a prática da justiça e da caridade decorrentes da doutrina cristã bem conhecida e vivida. Do contrário, em vez de ser expressão de um legítimo solidarismo entre as classes, torna-se o sistema de contratos coletivos uma espécie de institucionalização da luta de classes.

Sindicatos, cooperativas, organizações corporativas e finalmente o instituto do contrato coletivo vêm contribuir para a va-

---

BRASILEIROS, São Paulo, ano II, n. 22, Janeiro 1965. Informa o autor que mais da metade da população dos Estados Unidos vive, direta ou indiretamente, ligada a contratos coletivos de trabalho. Além dos 20 milhões de operários sindicalizados — que, em números redondos, considerando as respectivas famílias representam 60 milhões — e da parte mais reduzida do capital, devem ser levados em conta os consumidores, numa dependência indireta dêste tipo de contratação. Daqui decorre o interêsse com que a opinião pública, através da imprensa, do rádio, da televisão, acompanha, naquele país, a elaboração de um contrato coletivo. O empregador, que lá não é sindicalizado, senta-se à mesa para debater e concluir com os representantes dos sindicatos trabalhistas, sem se aterem as partes contratantes a qualquer bitola oficial imposta pelo Estado.

lorização do trabalho, na realização daquela fórmula: *a natureza cada vez mais dominada, o trabalho cada vez mais dominante e o capital cada vez mais proporcionado.*

Entretanto, êsse ideal encontra pela frente as duras realidades do mundo econômico de nossos dias. O capitalismo liberal, baseado na livre concorrência e iniciado com as pequenas unidades de produção, já foi ultrapassado. Em seu lugar, não obstante as restrições legislativas, o incremento à pequena propriedade e a multiplicação das riquezas, prevalecem hoje o capitalismo dos monopólios e dos oligopólios e o capitalismo de Estado, deixando o terreno preparado para a máxima concentração do capital, nos regimes socialistas.

NOTAS SUPLEMENTARES
(da Primeira Parte)

1. *O capitalismo, a secularização da sociedade e o Estado moderno.*

No volume citado da sua obra "O capitalismo moderno" (ver nota 8 da 1.ª parte) *Werner Sombart* afirma que "a secularização do espírito capitalista é um dos fenômenos mais importantes dos tempos modernos". Faz ver que os empresários modernos, com exceções, "se acham livres dos laços excessivamente incômodos (*sic*) da religião e de uma ética baseada na religião". E conclui: "o traço fundamental da atividade econômica hodierna é a "ausência de escrúpulos" e esta se harmoniza mal com qualquer sistema religioso, que por si mesmo prescreva diretrizes à moral burguesa" (págs. 30-31).

Apontando os característicos fundamentais do Estado moderno, escreve o seguinte:

"1. O Estado moderno é *naturalista-secularizado,* quer dizer: libertado de tôdas as relações ou vínculos supraestatais, "soberano", *ipse Deus.*

"2. Em sua estrutura interior, o Estado moderno é *individualista-atômico-nominalista".*

Observa que êstes princípios, gerados na época absolutista (absolutismo monárquico), se desenvolvem na época liberal (absolutismo democrático). E assim os explica:

"a) *Estabelecimento do cidadão livre,* isto é, a liberação do indivíduo (e da família) de tôdas as associações públicas ou semi-públicas em que estava essencialmente enquadrado das quais se verificavam suas relações com o Estado: associação feudal, senhorial, de aldeia, urbana, gremial, cooperativa, etc. Cada um atua por si mesmo e dedica uma parte estritamente limitada de sua fôrça e de seus bens às numerosas organizações e livres associações de que faça parte. Antes, cada um era primeiramente lavrador, empregado, membro de uma corporação e por aí eventualmente cidadão. Hoje é em primeiro lugar, e sem mais, cidadão, e como tal, com uma pequena parte do seu eu, eleitor, contribuinte, membro de um cartel, membro de uma cooperativa leiteira, etc.

"b) *Cada um vai atrás de seus "interêsses"* de forma a romper os laços de ligação de "comunidade" solidária que repousavam sôbre o princípio "todos para todos", laços que só na família continuam a ter uma existência lânguida, a se extinguir lenta e indeclinàvelmente. Relações sociais contratuais unem uns aos outros, e todos se inclinam ao princípio "cada um para si". O que significa que os homens não mais estão ligados por sentimentos, simpatias, mas por "interêsses" de qualquer espécie.

"c) *O Estado se mostra "fraco" diante desta luta de interêsses.* Prevalece a tendência de inclinar-se ante os *mais fortes* grupos de interêsses e pôr nas mãos de seus representantes a direção do Estado, a influência decisiva na direção do mesmo. O mais alto interêsse da política interior do Estado parece ser, em todo caso, o "equilíbrio" dos vários interêsses privados ou interêsses de grupos ou a prosperidade de cada um dos cidadãos. Isto significa precisamente que a posição do Estado, no concernente ao seu procedimento na política interna, é pronunciadamente individualista-nominalista" (págs. 49-50).

2. *As causas da quetão social segundo a Rerum novarum.*

A gênese da questão social, no sentido estrito, isto é, da crise oriunda do conflito entre o capital e o trabalho no século passado, foi indicada por Leão XIII, na Encíclica *Rerum novarum* nestas poucas palavras que elucidam o assunto melhor do que muitos e muitos volumes escritos acêrca do apaixonante tema: "O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as antigas corporações de ofício, que eram para os operários uma proteção. Os princípios religiosos desapareceram das leis e das instituições públicas. Assim, aos poucos, os trabalhadores, isolados e sem defesa, viram-se, com o correr do tempo, entregues a mercê de senhores desumanos é a cobiça de uma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vêzes pelo juízo da Igreja, não tem deixado de ser praticada, sob uma ou outra forma, por homens ávidos de ganância e de uma insaciável ambição. A tudo isto

deve acrescentar-se o monopólio dos contratos de trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão de um pequeno número de ricos e opulentos, impondo um jugo quase servil à imensa multidão de proletários".

Aí vemos apontadas quatro causas, que se reduzem tôdas ao liberalismo, causa destas causas. Assim, temos:

1) abolição das corporações de ofício (em nome da liberdade de trabalho, no sentido individualista);

2) laicismo ou secularização das leis e das instituições política, com a separação da Igreja e do Estado;

3) usura (atividade econômica separada da moral);

4) concentração do capital nas mãos de poucos e proletarização crescente.

Patenteia-se assim que a questão social, mesmo no sentido econômico, isto é, no concernente às relações entre o capital e o trabalho, é fundamentalmente uma questão moral e religiosa, e tem ainda os seus aspectos políticos importantíssimos de que não se deve descurar.

Reduzí-la, com critérios marxistas, a uma questão meramente econômica é falseá-la numa visão incompleta, unilateral e superficialíssima, impossibilitando qualquer solução.

3. *Liberalismo, socialismo e concepção cristã do trabalho.*

"Há três escolas irredutíveis em economia social:
"aquela em que se considera o homem como uma coisa;
"aquela em que êle é conceituado como um animal;
"aquela em que êle é estimado como um irmão.
"Eis alguns exemplos ao vivo:

"Seja o problema da justa remuneração do trabalho: para a primeira escola, a medida dessa remuneração está numa fração arbitrária do valor venal acrescentado pela mão de obra à matéria prima; ela é determinada pela "lei da oferta e da procura";

"Para a segunda, ela está no valor social, isto é, no esfôrço feito pelo trabalhador em vista de uma relação à coletividade da qual êle faz parte; ela é determinada pelo Estado;

"Para nós, ela está na medida do necessário à subsistência de uma família laboriosa na sociedade humana, para cada um segundo a sua condição; ela é determinada pelos costumes cristãos.

"Contra esta última concepção, o clássico (liberal) e o socialista protestam a valer, pois ambos não vêem na sociedade senão o indivíduo e o Estado. Como poderá o Estado determinar esta medida? pergunta o primeiro. Como poderá o Estado impô-la ao patrão? Como o patrão poderá preenchê-la?

"A família, diz o segundo, não é mais necessária; o Estado toma a seu cargo as crianças, os velhos; fica sendo o único patrão; pagará cada um segundo seu trabalho, restando-lhe ainda o que é preciso para tratar cada um segundo suas necessidades.

"A história responde simplesmente: o problema do bem-estar na família operária foi resolvido durante séculos pela organização corporativa, sem que se tomassem as crianças para criá-las como pintos na chocadeira e depois no cevadeiro. Por que não o poderia ser ainda segundo os mesmos princípios?

"Assim, uns não concebem como princípio econômico senão as transformações da luta pela vida, que são a lei da matéria orgânica. Outros só pensam na conservação e no bem-estar da espécie, tendência própria da animalidade. Quanto a nós, concebemos a humanidade vivendo no estado orgânico de corpo social, cujas partes tôdas são solidárias e devem, por conseguinte, prestar assistência umas às outras, pois esta é a sua lei da vida material tanto quanto da vida moral".*

(*) *La Tour Du Pin*, VERS UN ORDRE SOCIAL CHRÉTIENNE, Paris: Beauchesne, 1929, págs. 107-108.

2.ª PARTE

O SOCIALISMO: REALIDADE E UTOPIA

I — O SIGNIFICADO DO SOCIALISMO.

Consideremos o socialismo como ideologia e realidade da nossa época. Não vamos remontar à "República" de *Platão,* às manifestações literárias do socialismo nos tempos da Renascença: a "Utopia" de *Morus* ou a "Cidade do Sol" de *Campanela.* Não recapitularemos a história dos anabatistas de *Tomás Münzer,* ou a dos *levellers* da Inglaterra de *Cromwell.*

Entretanto, uma observação de ordem histórica deve ser inicialmente feita. E é a seguinte: os povos da antiguidade estavam impregnados de socialismo, o que ocorria também em civilizações cuja história mal conhecemos, como a dos Incas, na América. Os impérios orientais se caracterizavam por uma grande concentração de poderes, sobrecarregando-se o Estado com numerosas atribuições. O Egito dos faraós, particularmente, tem sido apontado como antecipação do socialismo de Estado e do Estado totalitário. A liberdade grega consistia principalmente na liberdade do cidadão, aliás restrita a uma pequena minoria da população, quer dizer, a liberdade de votar e ser votado, de exercer os cargos públicos. A vida dos indivíduos, não só na Esparta militarizada mas também na democrática Atenas, era minuciosamente regulado pelo govêrno da cidade. O cunho individualista do primitivo direito romano não foi obstáculo, antes até contribuiu para que o indivíduo se absorvesse na sociedade doméstica, sendo os direitos desta concentrados nas mãos do *pater familias;* e também para que a família se absorvesse no Estado, em centralização cada vez mais acentuada.[1]

Como pondera um tratadista de direito político, "embora geralmente não se conceba outra espécie de socialismo senão a

---

1. Sôbre a Grécia e Roma, vejam-se o clássico livro de *Fustel de Coulanges,* A CIDADE ANTIGA, e duas obras mais atualizadas, isto é, mais em dia com averiguações posteriores da pesquisa histórica: *Glotz* LA CITÉ GRECQUE, na coleção de Síntese Histórica dirigida por H. Berr, ed. "La Renaissance du Livre", e *A. Piganiol,* HISTOIRE DE ROME, Paris: "Clio", P. U. F.

que poderíamos chamar de Nação e Estado, há socialismo sempre que uma sociedade maior ou menor, completa ou incompleta, pública ou privada, usurpa os direitos de seus membros ou os de outra comunidade inferior, retendo-os e exercendo-os em nome da coletividade injustamente detentora"[2] Donde o concluir o autor que houve socialismo na primitiva família romana tanto quanto no Estado federal da *Civitas*, nas repúblicas gregas e nos impérios asiáticos. Em Roma, a família absorvia os direitos dos seus membros, subordinados exageradamente ao poder despótico do chefe, o qual a princípio tinha até mesmo o direito de vida e de morte sôbre os que lhe estavam sujeitos; e a Cidade usurpava os direitos das famílias, pelo confisco dos bens e a imposição do culto público.

Com a transformação do mundo antigo pelo Cristianismo, o socialismo nêle existente desapareceu. A Idade Média foi denominada a "idade de ouro das comunidades". Valorizou-se em primeiro lugar a família, e segundo o modêlo da família foi estruturado o Estado. Outras comunidades de diversas naturezas — as comunas ou cidades (que, em Portugal, eram os "concelhos"), as agremiações corporativas de artes e ofícios, as comunidades religiosas — floresceram num regime de ampla autonomia em face do poder real, que se identificava com o Estado e tinha atribuições restritas, mínimas se as compararmos com as funções do poder político na antiguidade e nos Estados modernos.

Tais comunidades, longe de sufocarem os indivíduos que delas faziam parte, contribuiam para que êles se expandissem livremente no cumprimento da sua vocação pessoal. O grupalismo medieval nada tinha de coletivista, e o que caracteriza o socialismo é exatamente o coletivismo, isto é, o enquadramento dos indivíduos numa coletividade planificada pelo Estado de um modo compulsório, tendo em vista estabelecer uma padronização da vida para realizar o ideal da plena igualdade entre os homens. A aspiração igualitária é a mola do socialismo moderno. Daí decorre a atribuição à coletividade, representada pelo Estado, de amplos poderes de regulamentação social, a ponto de fazê-la absorver direitos dos indivíduos e das famílias. Há uma

2. *E. Gil Robles*, TRATADO DE DERECHO POLÍTICO, Salamanca: tomo II, 1902, pág. 209.

sucção das sociedades menores pela coletividade total. E de tudo isto resulta: *igualitarismo* na sociedade e *totalitarismo* no Estado.

O socialismo implica uma espécie de mistica igualitária. A desigualdade na repartição dos bens, acarretando muitas vêzes a miséria de pessoas que vivem em condições infra-humanas, desperta naturalmente nos corações compassivos um desejo de melhorar a sorte do próximo e corrigir as injustiças. Não se deve, porém, confundir socialismo com justiça social. O bom uso dos bens materiais e mesmo, em alguns casos, uma reforma profunda das estruturas sociais, quando estas se tornam obstáculos ao bem estar de tôdas classes, são imperativos de justiça. Mas disto não se conclui que a propriedade privada de tais bens deva ser abolida, nem que a constituição das sociedades deva ser alterada ao ponto de estabelecer uma igualdade absoluta entre os homens.

Ora, o socialismo parte da supressão da propriedade privada do bens de produção para chegar a uma sociedade sem classes, em que todos sejam iguais.

Nesses dois pontos fundamentais, o pensamento socialista vai contra a natureza humana e contra a realidade atestada pela experiência histórica dos povos. A divisão entre os bens, daí resultando a propriedade particular, é o meio mais natural de realizar o efetivo domínio da natureza pelo homem, isto é, a utilização das coisas materiais necessárias para a vida. Entretanto, cumpre ter presente que a todos os homens é preciso assegurar esta utilização, donde as limitações ao direito de propriedade, cuja *função social* deve ser respeitada, impedindo-o de se tornar um direito absoluto e egoístico de usar e abusar da coisa, exercido por alguns privilegiados em proveito próprio e com prejuízo de muitos. Quanto à desigualdade e à diferenciação de classes, são de tal maneira inerentes à organização social, que sempre que se quer alterar êste estado de coisas com vistas a um nivelamento completo entre os homens, surgem novos critérios de diferenciação e a igualdade plena jamais é atingida.

Vimos que o liberalismo, extinguindo os privilégios da nobreza, não conseguiu evitar que se constituisse uma outra classe privilegiada, a burguesia, com a sua superioridade social fundada na posse das riquezas. Por sua vez, o socialismo, querendo

nivelar econômicamente a todos, não pôde evitar, na Rússia soviética, onde foi pela primeira vez pôsto em prática, o aparecimento de uma "nova classe" de militares, altos funcionários, técnicos e dirigentes do partido. É bem significativo o fato de, naquele país, em certos meios de transporte coletivo existir uma "segunda classe" a preços mais módicos do que a primeira.

É certo que os homens, considerados na sua natureza racional, na sua origem e no seu fim, como criaturas de Deus, a Deus destinadas, são iguais. Mas não é menos certo que não há um homem igual a outro quanto às particularidades da constituição orgânica, do temperamento, da inteligência, dos talentos e aptidões de cada um. Estas diferenças não podem deixar de se refletir nas relações sociais. Os filhos dependem dos pais, aos quais devem naturalmente submissão e obediência. A autoridade, sem cujo princípio é impossível a vida social, requer uma diferença entre governantes e governados. A hierarquia militar, outro princípio indispensável para manter a ordem e a paz numa sociedade, acarreta legítimas desigualdades. Da mesma forma na ordem econômica, se a todos devem ser abertas oportunidades de melhorar suas condições, não é justo que aos mais capazes e de maior iniciativa se impeça de granjear uma situação mais favorável, da qual poderão advir benefícios para muitos outros.

Transferindo a propriedade dos bens de produção para a coletividade, isto é, para o Estado, que representa a coletividade e deve tomar a seu cargo a administração dêsses bens, o socialismo, por uma dinâmica incoercível, conduz a uma grande centralização político-administrativa. Além disto, a igualdade absoluta almejada pelos socialistas só pode ser realizada mediante uma imposição do poder público, ao qual cabe reprimir as inevitáveis tendências dos homens para se sobreporem uns aos outros e romperem o círculo dessa igualdade. As democracias liberais, adotando o lema de 1789 — "Liberdade, igualdade, fraternidade" — acabaram por sacrificar a igualdade em virtude da liberdade desordenada que admitiam, provocando, pelos excessos da livre iniciativa e da livre concorrência, a concentração do capital e a exploração da classe proletária. O socialismo, para corrigir tais abusos e implantar a igualdade entre todos, imola a liberdade nas aras do Estado totalitário.

Crescem os poderes e as atribuições do Estado, mas a igualdade sonhada pelos socialistas continua sendo uma enganadora miragem. Por isso tôda a história do socialismo tem sido uma oscilação perpétua entre êsses dois polos: a *utopia* da plena igualdade numa sociedade sem classes e a *realidade* do totalitarismo, realidade que foi a do mundo antigo e está sendo hoje a dos países comunistas.

No dizer do conhecido escritor socialista *Paul Sweezy*, professor universitário e homem de administração pública, a palavra *socialismo* tem assumido dois significados distintos: por um lado, designa um nôvo tipo de sociedade; por outro, o movimento que se empenha em substituir a ordem social reinante por êsse nôvo tipo. Ambos os significados se relacionam. Quando alguém alude ao socialismo americano, tem em vista o movimento visando à realização do socialismo nos Estados Unidos; e quando trata do socialismo soviético, a referência feita concerne ao sistema social e político vigente na União Soviética. Na Rússia, antes de 1917, "socialismo" exprimia um movimento, ao passo que hoje a mesma palavra vem enunciar um sistema social.[3]

O *movimento socialista*, impulsionado por uma aspiração de justiça, que em alguns pode ser muito sincera, mas é sempre viciada pelo falso critério do igualitarismo, torna-se, por isto mesmo, sempre utópico. O *sistema socialista*, que acaba por prevalecer na realidade, é o de um Estado com maior ou menor intensidade eivado de totalitarismo.

Enquanto movimento de idéias, aspiração reformista e pregação revolucionária, o socialismo tem revestido várias modalidades, mas os seus adeptos estão sempre de acôrdo em condenar a propriedade privada na sua utilização lucrativa e na sua transmissão pela herança.

A partir de *Karl Marx*, tôdas as correntes socialistas recebem a sua influência, mais sensível numas do que noutras. *Marx* e *Engels*, autores do Manifesto Comunista, contribuíram, mais do que quaisquer outros, para que o socialismo passasse a ser uma

3. *Paul M. Sweezy*, SOCIALISMO, (tradução portuguêsa) Rio de Janeiro: Zahar Editôres, pág. 27-28.

nova concepção da sociedade e da vida humana, na linha do naturalismo e do cientificismo dominantes em certas esferas intelectuais no século passado. São bem significativas estas palavras de *Engels*, proferidas nos funerais de *Marx*: "Como *Darwin* descobriu a lei da evolução na natureza orgânica, assim *Marx* descobriu a lei da evolução na história humana".

Segundo *Marx* e *Engels*, a sociedade moderna, que tem por uma das bases o respeito à propriedade, há de se transformar fatalmente sob a pressão das leis econômicas. Na sociedade do futuro a propriedade privada será substituída pela propriedade coletiva, ao mesmo tempo em que desaparecerá a exploração do homem pelo homem. Donde uma espécie de paraíso na terra, que se tornou o mito do socialismo, ao mesmo tempo em que êste se corporificava nas organizações revolucionárias internacionais. Dêste caráter mítico vem a fôrça expansiva do socialismo nas massas da civilização industrializada.[4]

A transformação assim anunciada trará, segundo os socialistas, a felicidade completa entre os homens. *Marx* atribuia às estruturas do mundo capitalista as causas do mal estar social, da miséria, da corrupção. Através de novas e melhores estruturas, o próprio homem seria melhorado. Com a sua visão naturalista, chegando mesmo a um materialismo radical, não foi capaz de entender o sentido destas duas realidades, incompreensíveis fora dos ensinamentos da Revelação: o pecado e a morte. Se não era otimista como *Rousseau*, que defendia a tese do "homem naturalmente bom", há entretanto no fundo do seu pensamento algo de semelhante. Para *Rousseau*, o homem no estado de natureza é bom e a sociedade o corrompe. Para *Marx* o mal tem origem sobretudo numa organização social defeituosa, sendo

4. A concepção marxista dá ao socialismo, por fundamento, uma filosofia materialista. A natureza material, independente do seu Criador, passa a ser considerada uma fôrça absoluta, determinante de tudo o mais. Daí uma nova concepção da moral e uma religião secularizada. Para o lider socialista francês *Léon Blum* o socialismo "é uma doutrina, um sistema de moral e quase uma religião", confirmando-o *Jules Moch* ao qualificar o socialismo "uma religião leiga". Vejam-se POUR ÊTRE SOCIALISTE de *Léon Blum* e SOCIALISTE VIVANT de *J. Moch*.

possível extirpá-lo por meio de instituições adequadas. Assim, pois, considera que a reforma social não supõe nem requer a reforma interior do homem, mas, ao contrário, a nova sociedade é que reformará o homem, trazendo-lhe um estado de bem-aventurança. Finalmente, atribui à classe proletária, através da revolução, o cumprimento dessa missão redentora.

Marx atribuiu ao fator econômico uma primazia entre todos os mais nas relações humanas. Nisto consiste o "materialismo histórico", segundo o qual a ordem econômica é uma estrutura fundamental, determinando o sentido das instituições políticas e da cultura, as ideologias e até mesmo as crenças religiosas. Aí está a consagração máxima do "homem econômico" produzido pelo capitalismo ao fazer a vida girar em tôrno do dinheiro e dos lucros.

Vemos assim como o capitalismo traz em suas entranhas o socialismo. O próprio *Marx* ensinava que o regime comunista, inaugurando uma nova fase na vida da humanidade, deveria resultar de um amadurecimento das condições criadas pela sociedade capitalista industrial.[5] Acontece, pois, neste caso, o inverso do ocorrido no mito de Saturno: enquanto Saturno devorava os próprios filhos, o socialismo vem tragar o capitalismo que o gerou.

O socialismo é um fenômeno típico das democracias de massas do nosso tempo. Vimos que o liberalismo, dissolvendo os agrupamentos corporativos, deixou os indivíduos à mercê de si mesmos, em face do Estado. Dêste mesmo esquema, falseando a realidade histórica, parte o socialismo: vê na sociedade po-

5. Precisamente por isso — escreve *Sombart* — *Marx* teve uma atitude positiva e de afirmação para tudo o que há de essencial no mundo capitalista, e as noções essenciais da sua teoria econômica foram, como veremos adiante, tiradas da economia liberal clássica. "Como teria podido, para empregar sua própria imagem, desprezar e odiar a mãe que já trazia em seu seio o filho ardentemente desejado, o mundo nôvo e melhor? *Marx* foi, pois, inteiramente otimista quanto ao futuro da civilização" (*W. Sombart*, DER MODERNE KAPITALISMUS, volume citado, prefácio, pág. 20).

lítica não um conjunto orgânico de grupos, mas a massa de indivíduos que o Estado deve controlar e organizar. Por estas e outras razões podemos dizer, com *Albert Schäffle,* que liberalismo e socialismo, frutos do mesmo espírito de individualismo, são irmãos siameses.[6]

---

6. ENCYCLOPÆDIA OF SOCIAL SCIENCES, v. SOCIALISM. É verdade que algumas correntes socialistas, como o socialismo guildista, preconizam a reconstituição dos grupos intermediários e se opõem a uma intervenção muito ampla do Estado. Mas numa sociedade homogênea e igualitária — idéia predominante no pensamento socialista — tais grupos não podem subsistir. Por isso mesmo, a realidade das experiências socialistas mostra-nos o Estado ultra-centralizador absorvendo as funções de direção da vida social.

II — MODALIDADES DO SOCIALISMO.

O têrmo "socialismo" foi empregado pela primeira vez, na sua atual acepção, pelo *Cooperative Magazine* de *Robert Owen,* em 1827. Na Inglaterra e na França começou desde então a servir para designar os ideais de reforma social preconizados por *Owen, Saint-Simon, Fourier* e outros adeptos do que mais tarde foi qualificado de "socialismo utópico", para se distinguir do chamado "socialismo científico" inaugurado por *Marx* e *Engels.*

Êstes dois autores do Manifesto Comunista deram, como já foi dito acima, um grande impulso e uma nova significação ao movimento socialista. O Manifesto foi publicado aos princípios de 1848, um ano tormentoso em todo o continente europeu, quando revoluções de caráter social pipocavam por vários países, fazendo o socialismo passar das cogitações intelectuais para a agitação das ruas. O que se tinha em vista não era apenas a modificação do regime político — objetivo mais restrito de revoluções anteriores àquele ano — mas também da organização social, do regime de propriedade e do estatuto do trabalho.

Na Revolução de 1789, que assinalou o triunfo do liberalismo, já tinham aparecido manifestações de um socialismo radical. Tal foi o caso de *Babeuf,* preconizando um regime comunista, sem falar dos projetos igualitários de *Robespierre* e *Saint-Just.* Na obra de *Rousseau,* principal teórico do liberalismo francês e cujo nome era freqüentemente citado nas assembléias revolucionárias, encontram-se elementos que conduzem ao socialismo, ao comunismo e até ao Estado totalitário.

Owen era um patrão inglês que começou realizando obras de melhoramento das condições dos operários, apelando em seguida para o Estado, a fim de que, através de leis sociais, fizesse alterar tais condições em benefício da classe proletária. Teve em vista sobretudo a agricultura, querendo criar comunidades modelos, nas quais a propriedade privada desaparecesse. Alguns de seus discípulos se encaminharam para um socialismo de tipo

cooperativista. Nos últimos anos de sua vida, anunciava a vinda do reino de Deus sôbre a terra, numa era de virtude e felicidade. "Os tempos estão próximos" — proclamava *Owen* — e assim, partindo de um paternalismo patronal acabava numa espécie de messianismo social ou milenarismo leigo.[7]

No seu pensamento encontramos a idéia de que a sociedade pode ser reformada mediante a constituição de pequenas comunidades exemplares. É a mesma idéia de *Fourier* e *Cabet,* no socialismo francês da primeira metade do século XIX. *Fourier* preconizava as "falansterias", sociedades fechadas de cêrca de 1.600 pessoas, que deviam assumir tôdas as funções e exercer diversos ofícios, revezando-se e substituindo-se umas às outras para evitar os males de uma exagerada especialização. *Fourier* não era comunista, confiava na reorganização da sociedade pela livre ação dos seus membros, opunha-se a um regime político autoritário e centralizador. Em sentido contrário, *Cabet,* autor da VOYAGE EN ICARIE, colocava-se na linha radical do pensamento revolucionário de 89 e considerava que a verdadeira democracia está no comunismo. Ambos suscitaram algumas experiências de organizações sociais, inclusive nos Estados Unidos, experiências que fracassaram totalmente após uma existência efêmera.

Mais importantes, na primeira fase do socialismo moderno, são os nomes de *Saint-Simon* e *Proudhon.*

Saint-Simon, de família aristocrática, propunha a criação de um Estado industrial fundado na exploração das riquezas do globo e em que o govêrno coubesse à classe ocupada nos trabalhos mais úteis, especialmente os sábios e os técnicos. Apologista das elites sociais, admitia a desigualdade e o principal objetivo do seu sistema era a organização da economia e do crédito, situando os banqueiros no ponto mais alto da hierarquia social.

Por alguns aspectos da sua obra, *Saint-Simon* afasta-se das soluções socialistas, mas na sua crítica à economia liberal se an-

7. *J. Touchard,* HISTOIRE DES POLITIQUES, Paris: coleção "Thémis", P.U.F., II, pág. 555.

tecipa a *Marx,* e como êste considerava que não podem haver modificações na ordem social sem se modificar o regime da propriedade. *Engels,* no seu ANTI-DÜRING, louvou a "genial amplidão de vistas" de *Saint-Simon.*

Quanto a *Proudhon,* foi um escritor cheio de posições contraditórias. Por vêzes, parece colocar-se numa linha de pensamento tradicionalista, é apologista entusiasta das pequenas unidades sociais contra o estatismo, preconiza o federalismo e o mutualismo. Mas um dos pontos centrais do seu pensamento foi a revolta contra a própria idéia de Estado, fazendo-o chegar à concepção de uma sociedade em que o poder político fôsse extinto e substituído por livres acordos entre os trabalhadores. Criticava a concepção democrática de *Rousseau,* por conduzir ao despotismo da "vontade geral", e opunha-se a tôda autoridade, tanto a da Igreja como a do Estado. Sua doutrina era visceralmente anti-religiosa e foi inspiradora do anarquismo. No seu livro QU'EST-CE QUE LA PROPRIÉTE? afirmava que a propriedade é um roubo.

Ao contrário de *Louis Blanc,* adepto de um socialismo governamental e da revolução pelo poder, *Proudhon* batia-se por um socialismo estritamente democrático com a revolução feita pelo povo. Rompeu com *Marx,* que o chamava de charlatão, mas a sua idéia de uma sociedade sem Estado passou para o marxismo. *Marx* escreveu a MISÉRIA DA FILOSOFIA contra a FILOSOFIA DA MISÉRIA de *Proudhon;* alguns anos antes, comentando o livro de *Proudhon* sôbre a propriedade, dissera tratar-se de uma obra fundamental que vinha tornar possível a revolução da economia política.[8]

Costuma-se dizer que com *Marx* e *Engels* tem início o socialismo científico, terminando a fase do socialismo utópico. Isto porque o marxismo pretendeu estabelecer leis de validade universal explicando cientìficamente o desenvolvimento das so-

8. *F. Olgiati,* CARLO MARX, Milão: Vita e Pensiero, 6.ª edição, cap. VIII, págs. 235 a 249. Não obstante suas críticas a *Rousseau, Proudhon* é, como nota êste autor, "um filho da Revolução francesa, da qual quer ser um continuador, respirando numa atmosfera iluminística" (pág. 241).

ciedades. Os autores do Manifesto Comunista repeliam o que denominavam o socialismo feudal e o socialismo pequeno burguês — formas do socialismo reacionário — bem como o socialismo sentimental e literário. Julgavam ter descoberto o verdadeiro socialismo, alicerçado numa nova filosofia e na crítica científica do capitalismo. A filosofia era o materialismo histórico e a crítica ao sistema capitalista levava à teoria econômica da mais-valía.[9]

O Manifesto Comunista terminava com aquêle apêlo: "Proletários de todos os países, uni-vos". Esta conclamação era renovada anos mais tarde em Londres, pelo próprio *Marx*, no discurso de abertura de um congresso operário no qual se constituia a Associação Internacional de Trabalhadores, mais conhecida como Primeira Internacional.

Daí por diante foi a Alemanha o país em que o socialismo alcançou maior expansão, atuando pollticamente e tendo que enfrentar o govêrno de *Bismarck*. Formaram-se duas alas no socialismo alemão, destacando-se à frente de uma delas Lassalle e da Outra Wilhelm Liebknecht e August Bebel. Deu-se a fusão destas correntes num congresso realizado na cidade de Gotha, em 1875. Daí resultou o Programa de Gotha, recebido com restrições por *Marx*, que criticou alguns de seus itens mais importantes. A *Crítica do Programa de Gotha* tornou-se um dos documentos clássicos do pensamento marxista e aí *Marx* faz ver que a transição do capitalismo para a sociedade sem classes do

9. Um dos principais livros de autoria de *Engels* é o ANTI-DÜHRING, do qual foram extraídos alguns capítulos para formar, em edição à parte, a brochura SOCIALISMO UTÓPICO E SOCIALISMO CIENTÍFICO. Aí escreve o companheiro de *Karl Marx*: "Estas duas grandes descobertas — a *concepção materialista da história* e a revelação do mistério da produção capitalista por meio da mais-valía — nós as devemos a *Marx*. Graças a elas o socialismo se tornou uma ciência, que cumpre agora elaborar em todos os seus pormenores" (em ÉCRITS SUR LE SOCIALISME, Paris: Seghers, 1963, pág. 119).

futuro deve dar-se pela ditadura revolucionária do proletariado, idéia que será mais tarde posta em prática por *Lenin*.[10]

Depois do congresso de Gotha foi organizado o Partido Social Democrático da Alemanha, vindo êste a ser o partido socialista mais considerável antes da primeira guerra mundial. Os social-democratas alemães exerceram grande influência na Segunda Internacional, fundada em Paris em 1889, durante comemorações do centenário da Revolução francesa e reunindo delegados de 16 países europeus e dos Estados Unidos. A Segunda Internacional, com a cooperação de partidos socialistas, durou até o início daquela guerra, em 1914. Nela se refletiram as *três tendências* da social-democracia germânica: esquerda, direita e centro. Na Alemanha os líderes dessas tendências foram respectivamente Rosa de Luxemburgo, Kautsky e Bernstein. Rosa de Luxemburgo e Kautsky mantinham-se mais adstritos ao marxismo ortodoxo, ao passo que Bernstein proclamava a necessidade de rever o marxismo em face dos acontecimentos ocorridos após a publicação das obras de *Marx*. Assim nasceu o chamado socialismo revisionista.[11]

Os elementos radicais da esquerda, diante da marcha do capitalismo para um período de crises e guerras, que julgavam

10. *P. Sweezy*, ob. cit., pág. 31 e *H. Chambre*, DE MARX A MAO-TSE-TUNG, tradução portuguêsa, DUAS CIDADES, pág. 191. No ano de 1870, a Comuna de Paris fôra uma tentativa da classe operária para se apossar do poder e instituir uma ditadura revolucionária. Do malôgro dessa experiência, não dirigida por marxistas, decorrera uma repressão prejudicial ao movimento socialista na França.

11. A social-democracia foi inicialmente uma expressão do socialismo. Quanto aos têrmos "socialismo" e "comunismo", vêmo-los usados por vêzes indistintamente. Na década de 1840, *Marx* e *Engels* preferiram evitar as expressões "socialismo" e "socialista" para evitar confusões com socialistas que não consideravam autênticos. Escolheram então a palavra "comunista". Na Rússia há o Partido Comunista, centro de tôda a organização política, e o país se denomina União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Os teóricos comunistas daquele país entendem que o sistema socialista evoluirá para o comunismo integral (cf. *P. Sweezy*, obra citada, pág. 33).

inevitável e fatal, eram partidários da ação violenta da classe trabalhadora para implantar o regime socialista. Os da direita, pelo contrário, achavam o capitalismo em condições de resistir, propondo a execução de um programa de reformas graduais, ao cabo das quais o socialismo ficaria dominando como produto final de um processo histórico.

Dessa forma ao socialismo revolucionário se opôs um tipo de socialismo evolucionista. Esta orientação foi também a do socialismo de cátedra, assim chamado porque era ensinado por professôres universitários alemães: tratava-se de um socialismo de Estado, vindo de cima para baixo, isto é, partindo do próprio govêrno, através de reformas legislativas, e não do povo por uma revolução.

Isso explica que na Alemanha e em outros países os socialistas ora colaborassem com o govêrno, ora o combatessem, não só na oposição parlamentar mas até por meios revolucionários.

A penetração progressiva do socialismo, por meio de leis e reformas, caracterizou o socialismo inglês, tendo por principal órgão inspirador doutrinário a Sociedade Fabiana e por instrumento de ação política o Partido Trabalhista.[12]

O marxismo ficou representando o coletivismo integral. Ao seu lado havia outras correntes mais moderadas de socalismo, sôbre as quais a influência de *Marx*, embora não fôsse total, sempre se fazia sentir. O socialismo agrário de Henry George era um coletivismo parcial, preconizando a transferência para a coletividade apenas da propriedade da terra e não de todos os bens de produção.

12. No Partido Trabalhista britânico pode haver membros que se declarem não socialistas. Mas o seu programa não deixa margem a dúvidas. Êle se consubstancia no importante documento LET US FACE THE FUTURE (Encaremos o Futuro), publicado após a segunda guerra mundial, ao concorrer o Partido às eleições. Aí lemos: "O Partido Trabalhista é um partido socialista e disto se orgulha. Seu propósito supremo, no país, é o estabelecimento da Comunidade Socialista da Grã-Bretanha".

À filosofia materialista, inspiradora do socialismo moderno especialmente depois de *Marx*, se opuseram alguns socialistas, na linha da crítica dirigida a *Marx* por *Henri de Man*, pensador e político belga. *De Man* quis ir "para além do marxismo" e em 1927 publicava, com êsse título — AU DELÀ DU MARXISME — um livro que alcançou grande repercussão. Redigido na Alemanha, onde o autor recebera sua formação marxista, foi primeiramente intitulado SÔBRE A PSICOLOGIA DO SOCIALISMO (ZUR PSYCHOLOGIE DES SOZIALISMUS), o que bem indica a intenção de quem o escreveu, fazendo sua crítica ao materialismo histórico basear-se sôbre as necessidades psicológicas e as aspirações mais profundas das massas na sociedade moderna.

De Man, ao contrário de *Marx*, tinha a preocupação da realização de valores morais através do socialismo.

Uma outra modalidade de socialismo ético é, por exemplo, o de *Jules Moch*, na França, opondo-se ao comunismo e ao caráter ditatorial do regime soviético e preconizando um "socialismo com liberdade".[13]

Antes dêle, no socialismo francês, um combativo lider, *Jean Jaurès*, colocava-se em posição semelhante, no intento de conciliar a liberdade com o socialismo. A seu ver, deviam ser mantidas as liberdades individuais, reputadas por êle conquistas da Revolução francesa: liberdade de voto, liberdade de consciência, liberdade de trabalho. Na Revolução de 1789 continha-se um "socialismo humano" e só o regime socialista poderia realizar plenamente a Declaração dos Direitos do Homem. *Jaurès*, combatendo o coletivismo, chegava a dizer: "O socialismo é a afirmação suprema do direito individual. É o individualismo lógico e completo. Êle continua e engrandece o individualismo revolucionário"[14]

13. Isso não impede a *Moch* de defender a escola única, reivindicação socialista contrária à liberdade de ensino. Veja-se *Jules Moch*, SOCIALISME VIVANT, Paris: Robert Laffon. O autor segue a trilha de *Léon Blum*, que chefiou o govêrno da Frente Popular na França.

14. Do artigo de *J. Jaurès*, SOCIALISME ET LIBERTÉ, publicado na REVUE DE PARIS, de 1.º de dezembro de 1898 (apud

O extremo do individualismo é representado pelo anarquismo de Bakunin e Kropotkin, corrente de idéias que em muitos movimentos revolucionários marcha paralelamente com grupos socialistas e comunistas. Sua influência se fêz sentir particularmente em alguns países, como a França, desde *Proudhon*, a Rússia, a Itália e a Espanha, onde alcançou grande significação política, especialmente na República de 1931 a 1936, na forma do anarco-sindicalismo.[15]

O sindicalismo revolucionário teve em *Georges Sorel*, autor das REFLEXÕES SÔBRE A VIOLÊNCIA, um dos teóricos de maior influência. Na Itália, *Antonio Labriola* verificou que a sensibilidade popular não acolhia favoràvelmente o marxismo, por êle admitido. A seu ver, as massas, tendo intuição das situações revolucionárias, deviam atuar através dos sindicatos, organizações que lhes eram adequadas e correspondiam à psicologia coletiva.

O socialismo depois de *Marx* tomou uma coloração internacionalista bastante acentuada. Não só pela organização das Internacionais, mobilizando os trabalhadores do mundo inteiro para atender ao apêlo final do Manifesto Comunista, mas ainda por causa da própria ideologia que ensinava. Com efeito, segundo *Marx* os operários de países diferentes tinham mais afinidades entre si do que com os respectivos compatriotas pertencentes a outras classes sociais. A *Classe* era uma realidade que se sobrepunha à *Nação*. E o ideal igualitário sonhado pelos socialistas deveria trazer para a humanidade não só a extinção das classes e o desaparecimento das diferenças entre governantes e governados — segundo a concepção anarquista da sociedade sem Estado — mas também a abolição das fronteiras entre as nações.

Ao deflagrar da guerra de 1914, desaparecia a Segunda Internacional, e o pacifismo de *Jaurès* era impotente para deter o entusiasmo dos franceses, mesmo de socialistas, ante a mobilização. Arrastadas pela fôrça emocional do patriotismo, as masas operárias desmentiam o marxismo. Na Alemanha socialistas irredutíveis em seu internacionalismo se revoltavam contra a social-democracia empenhada no esfôrço de guerra.

J. Touchard, obra citada, vol. II, pág. 742). O pensamento de *Jaurès* corresponde à idéia do socialismo como expressão do direito dos indivíduos à felicidade completa neste mundo.

15. Agitações operárias ocorridas entre nós, no começo dêste século, tiveram inspiração anarquista. É interessante lembrar o nome do agitador *Rossoni*, prêso pela polícia de São Paulo e expulso do Brasil. Voltando para a Itália, seu país de origem, lá chegou mais tarde a ser ministro de Estado, nos tempos do fascismo.

Depois da conflagração, muitos socialistas voltaram à atitude anterior, recusando-se a colaborar com os respectivos governos, como o haviam feito durante a guerra para manter a união nacional. Por sua vez, a nova Internacional, isto é, a Terceira, triunfava com a implantação do comunismo na Rússia sob o pulso férreo de *Lenin*. Trotski, separando-se da orientação oficial soviética, fundava a Quarta Internacional.

Mas outro fenômeno surgia então: o despertar do nacionalismo alemão, como conseqüência do descontentamento provocado no povo pelas humilhações impostas com o tratado de Versalhes.

Antes dêsse movimento, que levou Hitler ao poder, já na Itália um antigo militante socialista, Benito Mussolini, implantava um nôvo regime com larga margem de intervenção do Estado na vida social. A expressão "Estado totalitário" era empregada pela primeira vez pelo chefe do govêrno italiano, o *Duce*, que empolgava as massas. Mais do que o fascismo italiano, o nacional-socialismo, como o próprio nome está dizendo, apresentou característicos de um regime socialista, não obstante erguer-se para livrar a Alemanha do comunismo.

Surgiu assim outra modalidade de socialismo, diferente das examinadas até aqui e fora da linha marxista. Contrapunha-se ao internacionalismo. Era o socialismo nacional ou totalitarismo da direita, dando ao Estado poderes absolutos para controlar a vida econômica, o ensino, a cultura e a formação das novas gerações. Apesar de se defrontarem como inimigos, nazismo e comunismo, por tais pontos de seus programas e pela orientação coletivista em regime de massas, cabiam num mesmo contexto socialista. É o que se pode deduzir dos dois memoráveis e impressionantes documentos com que o Papa Pio XI condenou um e outro dêsses regimes, escritos no mesmo ano e publicados com uma diferença de poucos dias: a Encíclica DIVINI REDEMPTORIS, de 1.º de março de 1937, contra o comunismo ateu, e a MIT BRENNENDER SORGE, de 14 de março, sôbre a situação da Igreja em face do nacional-socialismo germânico.

Na França, o internacionalismo parecia utópico a *Marcel Déat,* cujo neo-socialismo levava em conta as particularidades nacionais para a estruturação de uma nova ordem.

Aquêle mesmo Pontífice, Pio XI, na Encíclica QUADRAGESIMO ANNO, fêz ver a incompatibilidade radical entre o socialismo e a doutrina social católica, ainda em se tratando de socialismo em suas formas mais moderadas. São palavras suas: "O socialismo, quer se considere como doutrina, quer como fato histórico, se é verdadeiro socialismo, mesmo depois de se aproximar da verdade e da justiça nos pontos sobreditos, não pode conciliar-se com a doutrina católica, pois concebe a sociedade de modo completamente avêsso à doutrina cristã". E conclui: "Socialismo religioso, socialismo católico são têrmos contraditórios; ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista".

Vimos, de início, que, com a ordem social decorrente dos princípios do Cristianismo, desapareceram os elementos de socialismo existentes nas civilizações antigas. Isto se deu porque se deixou de considerar o homem como devendo existir apenas para a sociedade. Tendo a criatura humana um fim transcendente e superior ao fim da sociedade em que vive, não pode a sociedade absorver os indivíduos, mas deve reconhecer-lhes certos direitos naturais, entre os quais o direito à vida, à constituição de uma família, à propriedade e à herança.

A primazia absoluta da sociedade sôbre os indivíduos, ensinada pelo socialismo, é incompatível com tais princípios. O "socialismo com liberdade" não se opõe a que o Estado imponha um padrão único de educação, e quando exalta o valor do indivíduo, o socialismo não o faz senão para o libertar da submissão às leis de Deus, como ocorre com a concepção de *Jaurès.*

Apesar de tudo isso, tem-se falado em "socialismo cristão", o que deve ser entendido para designar o socialismo religioso de alguns protestantes, especialmente na Alemanha e Suíça, e de certos adeptos da democracia cristã. Socialismo de fundo religioso-humanitário foi o de *Tolstoi* e outros intelectuais russos antes do bolchevismo.

Finalmente, às correntes mencionadas acrescenta-se o socialismo associonista, que diminui os poderes do Estado e reforça os das pequenas unidades de produção. É o caso do socialismo

guildista, na Inglaterra, e do socialismo dos países escandinavos, admitindo organizações de tipo corporativo, bem como do socialismo cooperativista. Êste último, mais do que socialismo pròpriamente dito, é um cooperativismo com matizes socialistas. Tal a posição do economista *Gide.* Pelo que já foi dito, *Proudhon,* por alguns aspectos de sua obra, também pode ser classificado entre os representantes do socialismo associonista.

De tudo isto, sem esgotarmos o assunto, resulta podermos indicar as seguintes modalidades do socialismo moderno, numa enumeração que não pretende ser completa e inclui o anarquismo:

1. socialismo dos precursores (antes de *Marx*);
2. anarquismo (*Proudhon* e outros);
3. coletivismo integral (*Marx* e *Engels*);
4. coletivismo agrário (*H. George*);
5. social-democracia (principalmente na Alemanha);
6. socialismo de cátedra;
7. socialismo fabiano;
8. socialismo associonista (guildista, cooperativista);
9. socialismo revisionista;
10. socialismo ético;
11. socialismo religioso;
12. neo-socialismo francês;
13. nacional-socialismo;
14. sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo;
15. marxismo-leninismo (comunismo soviético ou bolchevismo, variante chinesa, regimes coletivistas das chamadas "democracias populares", cisão de Tito na Iugoslávia, socialismo cubano, repercussões no mundo afro-asiático);
16. trotskismo.

3. O MARXISMO

Judeu alemão, nascido em 1818 e falecido em 1883 em Londres, onde passou grande parte de sua vida, *Karl Marx* foi educado num ambiente racionalista e protestante. Seu pai era entusiasta do iluminismo francês do século XVIII, cujas idéias inoculou no filho, e o barão Von Westphalen, que se tornou seu sogro, contribuiu para que o jovem *Marx* se abeberasse da cultura romântica daquela época.

Hegel viera então revolucionar a filosofia, e o seu idealismo exerceu uma influência decisiva no pensamento marxista. Juntando ao idealismo hegeliano o materialismo de *Feuerbach,* aí temos as bases da concepção do mundo em que *Marx* estruturou todo o seu sistema. *Marx* não é um filósofo. A sua doutrina não pode ser considerada uma filosofia, no sentido tradicional desta expressão. É, sim, uma ideologia como instrumento da ação revolucionária.

Da sua obra *O Capital,* cuja elaboração durou mais de vinte anos, num grande esfôrço para compreender os mecanismos econômicos da ordem capitalista, tendo aparecido o primeiro volume em 1867, disse *Lenin* que não pode ser entendida sem um conhecimento sério da *Lógica* de *Hegel.*[16]

Vimos que para *Engels* o socialismo científico assenta nestes dois pilares: a concepção materialista da história e a análise da produção capitalista com a doutrina da mais-valia.[17]

Na impossibilidade de uma exposição completa do marxismo — que fugiria às limitações e ao escopo do presente traba-

---

16. *H. Chambre,* obra citada, p. 83. A observação de *Lenin* é feita nos seus CADERNOS FILOSÓFICOS sôbre a dialética (1914-1916). O CAPITAL não é, pois, uma obra de pura técnica econômica.

17. Cf. supra nota 9.

lho — tenhamos presentes êsses pontos fundamentais, um de carater filosófico e outro econômico.

Segundo *Hegel* a realidade das coisas está num perpétuo vir-a-ser, submetida ao processo de evolução dialética, no qual há três fases: tese, antítese, síntese. Na primeira fase o ser parece em repouso. É a tese. Mas a contradição que nêle existe se opõe a êsse estado anterior, e daí vem a antítese. Finalmente, depois dêsse antagonismo surge um nôvo estado, que parece definitivo: a síntese. Entretanto, como tudo é feito de contrastes, torna a aparecer uma negação. A síntese é uma nova tese, contra a qual se levanta mais uma antítese, seguindo-se outra síntese, e assim por diante. Esta série de conflitos vai conduzindo o universo a um aperfeiçoamento incessante mas sempre relativo e instável.

O sistema de *Hegel* é o idealismo absoluto. Para êle a Idéia é a única realidade, entendendo-se pelo têrmo "idéia" não uma representação intelectual — fenômeno da consciência — mas a totalidade do ser. Identifica o "real" ao "racional" e o "racional" ao "real". Dêsse idealismo há um passo para o materialismo, ou melhor, em certo sentido, idealismo e materialismo se equivalem. O que é a Idéia para *Hegel* será a Matéria para *Marx*. Assim, a história, na concepção hegeliana, é o desenvolvimento do Espírito universal no tempo; para *Marx* tornar-se-á o desenvolvimento da Matéria universal.

Depois da morte de *Hegel,* seus discípulos dividiram-se em dois grupos. De um lado, a "direita", interpretando a doutrina sôbre a racionalidade do real e as concepções religiosas de *Hegel* num sentido conservador. De outro, a "esquerda", com uma interpretação revolucionária. Para os primeiros, se o real é racional, deve ser conservado; para os segundos, se o racional é real, cumpre tornar racional a realidade, transformando-a.

Feuerbach foi um dos principais partidários da esquerda hegeliana. A seu ver a realidade em evolução não é o espírito, mas a matéria. Assim estabeleceu uma ligação da filosofia de *Hegel* com o materialismo científico do seu tempo, lançando as bases do materialismo dialético. Opondo-se ao Cristianismo e à idéia de Deus, caiu num humanismo radical ensinando que "o humano é o divino". Nas suas famosas teses sôbre *Feuerbach,*

Marx acentuou a importância da prática como meio de conhecimento. Aí está um dos traços mais característicos do marxismo. Para *Marx* só a prática — a *praxis* — leva a um conhecimento verdadeiro, e a missão do filósofo, mais do que em explicar o mundo, deve consistir em modificá-lo.

A dialética de *Hegel* com o materialismo e o humanismo ateu de *Feuerbach* fazem *Marx* chegar ao *materialismo histórico.* Segundo tal concepção, as relações econômicas determinam o conteúdo da consciência social (ciência, arte, religião, política, etc.), consciência esta que é um reflexo ou "superestrutura" das circunstâncias econômicas da vida. O que há de mais importante e fundamental na vida humana, para *Marx,* são as realidades concernentes à produção dos bens materiais. Os meios e as técnicas da produção determinam ou condicionam as relações sociais e jurídicas, a ordem moral e as próprias crenças religiosas. Daí o caráter relativo atribuído a tôdas as ideologias. Não há uma verdade absoluta, como não há um critério objetivo de moralidade e justiça.

Um exemplo daquela influência decisiva da infra-estrutura econômica nas relações humanas e nos sistemas sociais está nas transformações do regime de trabalho. Ao moinho movido a braço humano corresponde a escravidão. Ao moinho de água, a servidão. E ao moinho a vapor, o capitalismo.

O materialismo histórico e econômico aplicado ao estudo da formação social dos povos faz com que esta seja explicada pela idéia da luta de classes. As classes oprimidas levantam-se contra as opressoras, e isto dá a *Marx* a chave para explicar tôda a história.

Assim, no caso da escravidão antiga víamos a classe dos senhores constituindo a "tese" e contra êles a classe dos escravos, que era a "antítese". A luta terminou pela "síntese" do feudalismo.

Com o feudalismo, aos barões (tese), se opõem os servos e também os moradores das cidades em luta pela sua autonomia (antítese), daí resultando uma nova síntese: o capitalismo.

À classe dos capitalistas burgueses, proprietários dos meios de produção, se contrapõem os proletários, isto é, trabalhadores explorados e alienados, que não têm mais do que a fôrça de

trabalho. Esta fase corresponde a uma situação criada pela máquina a vapor, surgindo a síntese final da sociedade comunista.

Há, pois, consoante essa teoria, uma evolução regular e necessária da sociedade, conduzindo, através da luta de classe, até ao comunismo. O comunismo libertará o homem da escravidão e de tôdas as alienações, cabendo ao proletariado, no desempenho da sua missão messiânica, realizar essa suprema libertação.

Mas — é o caso de se perguntar desde logo — por que a sociedade comunista será síntese derradeira? Por que o processo da evolução dialética na vida dos povos não há de continuar?

Perguntas que nos fazem atingir uma contradição do marxismo destruidora do próprio sistema.

Se tôdas as ideologias são reflexos da ordem econômica, e por isso mesmo transitórias, então o marxismo é um reflexo das relações econômicas da sociedade industrial européia no século XIX e não poderá prevalecer. Se, pelo contrário, o materialismo histórico pretende ter um valor em si mesmo, determinando o sentido da sociedade do futuro, então neste caso nem tôda ideologia é mero reflexo da estrutura econômica.

Marx parte do fato de que as necessidades fundamentais, na vida humana, são comer, vestir-se, obter os meios de assegurar a própria subsistência, proteger-se contra as intempéries, enfim coisas diretamente ligadas à matéria. Aí entram o clima, a saúde, a produção, o consumo, os transportes. São os aspectos econômicos da vida, que, na visão do materialismo histórico, determinam tudo o mais.

A verdade é que não só de pão vive o homem. Sem dúvida, a necessidade da alimentação é mais imperiosa do que, por exemplo, a aquisição de conhecimentos científicos ou a produção de uma obra de arte. Mas daí não se pode deduzir que o pensamento, a criação artística, a vida moral e espiritual sejam resultados de um processo de nutrição ou de causas materiais. Como escreve *Berdiaeff*, "a sociedade humana não pode existir sem economia, sem a satisfação de suas necessidades vitais, sem o que poderia chamar-se a fisiologia da sociedade. Mas daí não é possível concluir que a economia da sociedade faça nascer sua vida espiritual e intelectual, que a fisiologia da sociedade determine a sua psicologia. Os processos de nutrição, a miséria ou o supérfluo podem desfigurar a vida espiritual e intelectual do homem, mas nem as podem gerar nem determinar".[18]

Se a filosofia de *Marx* vem do idealismo e do materialismo germânicos, a sua doutrina econômica procede da escola clássica inglesa, derivando de noções estabelecidas por *Adam Smith* e *Ricardo*. *O Capital* traz por subtítulo: *Crítica da Economia Política*. Tanto nessa obra como em outros escritos de sua autoria, *Marx*, ao examinar o sistema capitalista, o faz tendo em vista sobretudo a situação, por êle mesmo presenciada, da vida industrial na Inglaterra em meados do século XIX.

Dominava então incontrastàvelmente o liberalismo econômico. Não se encontrara e nem mesmo se procurava uma saída para as tensões oriundas do antagonismo entre o patronato e o operariado. Acelerava-se a concentração do capital, que, como vimos, teve prosseguimento nas décadas seguintes, mas *Marx* não previu nem a divisão da propriedade corrigindo a acumulação das riquezas, nem o melhoramento das condições do trabalho, nem o desenvolvimento do sindicalismo e dos contratos coletivos na Inglaterra e em outros países.

Há teses marxistas que não resistem ao exame dos fatos ocorridos depois de *Marx*, razão pela qual muitos socialistas, seguindo *Marx* em muitos pontos, abandonaram aquelas teses, ao mesmo tempo em que as bases filosóficas do seu sistema eram criticadas por quantos queriam ir "para além do marxismo".

Quanto à teoria econômica da mais-valía, parte da idéia de que só o trabalho dá valor às coisas. A mesma opinião havia

---

18. *Nicolas Berdiaeff*, LE MARXISME ET LA RELIGION, Paris: ed. "Je Sers", 1931, págs. 13-14. Pondera o mesmo autor que o "o marxismo é uma patologia e não uma fisiologia da sociedade humana, cujas doenças êle reflete; há uma certa verdade nas suas considerações, mas as funções sãs e normais do organismo social lhe escaparam" (pág. 29). Refere-se aos trabalhos de *Weber* e *Sombart* (cf. supra, 1.ª Parte, n. II), cuja análise da relação entre a economia e a vida religiosa "foi muito mais profunda que a de *Marx* e corresponde melhor aos conhecimentos científicos e filosóficos modernos. Está cientìficamente provado que a economia é determinada pela vida religiosa, pois não pode haver economia sem o homem, como ser integral, sem a participação de tôdas as suas fôrças no trabalho" (pág. 16).

sido sustentada por *Ricardo* e outros economistas clássicos, embora chegando a conclusões diferentes.

Tôdas as mercadorias, segundo *Marx*, não passam de trabalho humano cristalizado. O valor deve ser medido pela quantidade de trabalho, e esta pela duração do trabalho, isto é, o tempo necessário a um operário de habilidade e atividade normais para executar determinada tarefa. O capital é fruto da espoliação do proletariado e instrumento de sua opressão. Tomemos o exemplo de um operário que trabalha dez horas por dia: em seis horas êle produz o que lhe dá em resultado o necessário para a sua subsistência; nas quatro horas restantes, produz um excesso de valor chamado a mais-valía, que vai ao patrão e forma o capital. A operação se repete em relação a cada operário, dia por dia. A mais-valia, por sua vez, é utilizada para uma nova produção e dá origem a uma nova mais-valía, de maneira que o capital, nascido de uma primeira espoliação, irá sendo acumulado cada vez mais, servindo a outras tantas espoliações.

A teoria do valor-trabalho é essencial na concepção de *Marx*, e no entanto há hoje marxistas que não a admitem. O valor de uma coisa não provém ùnicamente do trabalho, pois depende da raridade da coisa, da necessidade que se tenha dela, da sua utilidade, etc. Quanto à noção de mais-valía, sem nos determos num exame mais prolongado, basta lembrar que, no exemplo acima, se o operário produz o que é necessário para sua manutenção em seis horas, isto se dá graças ao concurso do capital e do trabalho intelectual de direção. Reduzido a suas próprias fôrças, o trabalhador precisaria de muito mais tempo.

Marx analisa a concentração das indústrias e dos capitais nas mãos de poucos, à qual corresponde, da parte da população operária, uma proletarização crescente e o empobrecimento das massas. Trata-se de um fato histórico já indicado na primeira parte dêste trabalho. O capitalismo gera, assim, essa imensa multidão de proletarios cada dia mais numerosa, mais miserável e mais exasperada em vista do pequeno número de ricos. Perante uma tal situação diz *Marx* que a luta de classes, exacerbando-se, produzirá o cataclismo em que a atual ordem de coisas soçobrará para ceder lugar ao coletivismo.[19]

19. *V. Fallon*, obr. cit., pág. 150-152.

Note-se que êle não condena, segundo um critério de avaliação moral, as diferentes formas de exploração de uma classe por outra, a começar pela escravidão. Coloca-se diante delas como fatos históricos, correspondentes a fases da evolução humana. Repele, isto sim, as formas de exploração que impedem o desenvolvimento das fôrças produtivas. Chega mesmo a atribuir uma grande missão progressista à burguesia, classe exploradora por excelência, por haver a mesma contribuído ao surto das fôrças materiais produtivas e da grande indústria, sem a qual não teria surgido o proletariado nem teria podido raiar a aurora do socialismo.

No momento histórico oportuno, o proletariado, com a consciência de classe, torna-se a fôrça dialética que se levanta em oposição violenta ao capitalismo burguês. A concentração do capital levada ao máximo forma o ambiente propício para o comunismo marxista. E só quando o operário fica sendo *proletário* êle pode ser instrumento para o despertar daquela fôrça revolucionária.

Assim se instaura a ditadura do proletariado, reforçando os poderes do Estado nas mãos da classe trabalhadora, numa fase de transição para a sociedade comunista, sem classe e sem Estado.

Recapitulando, temos:

a) fundamentação dialética;
b) evolucionismo;
c) materialismo histórico;
d) luta de classes;
e) teoria do valor-trabalho;
f) teoria da mais-valía;
g) concentração do capital e proletarização crescente;
h) tese catastrófica (desabamento da ordem social fundada no capitalismo privado);
i) visão messiânica da sociedade comunista.

4. A TÁTICA FABIANA E O TRABALHISMO.

A previsão de *Marx,* segundo a qual o comunismo, através da revolução social e mediante a primeira fase da ditadura do proletariado, devia resultar de um amadurecimento da sociedade industrializada pelo capitalismo, não foi confirmada. Nas diversas etapas a percorrer, em uma evolução regida pelo determinismo do processo dialético da história, o advento do socialismo supunha o desenvolvimento da grande indústria. Só então seria possível esperar o triunfo definitivo da classe proletária instaurando a sociedade ideal do futuro. Terminaria assim a pré-história da humanidade, para começar a verdadeira história.

A implantação do comunismo na Rússia foi um desmentido a tais ensinamentos. Com efeito, aquêle país estava muito longe de ter atingido o estado econômico das sociedades transformadas pela grande indústria. Quando *Lenin* e os seus camaradas subiram ao poder e implantaram a ditadura do proletariado, a Rússia tinha uma estrutura agrária e semi-feudal, estando ainda numa primeira fase de industrialização. Foi precisamente depois da instauração do regime comunista, que a Rússia entrou na sua fase de desenvolvimento industrial, alcançando, através do capitalismo de Estado, a situação que hoje desfruta no mesmo plano das potências capitalistas ocidentais, que chegou mesmo a superar, a ponto de ameaçar a hegemonia mundial dos Estados Unidos.

Por outro lado, enquanto isso acontecia no antigo império dos Tzares, na Europa odidental o socialismo tomava novos rumos. As transformações do capitalismo, conjugadas com reformas políticas e legislativas, davam margem a que uma espécie de compromisso ou conciliação se fôsse estabelecendo entre capitalismo e socialismo, daí resultando uma penetração gradual dêste último nas democracias até então dominadas pelo individualismo liberal.

Êsse fenômeno, já sensível no período entre as duas guerras mundiais, tornou-se mais acentuado depois da última guerra. A

necessidade dos planejamentos, para fazer face às crises e ao desenvolvimento econômico, levou o Estado a uma interferência cada vez maior em diversos setores da vida social. Com a multiplicação das funções do Estado e a centralização político-administrativa foi sendo paulatinamente restringida a esfera da liberdade individual e das liberdades associativas.[20]

Diante dêsse estado de coisas, o ambiente tornou-se favorável à expansão de um nôvo tipo de socialismo, hoje dominante em certos países europeus, ao passo que o comunismo, na linha do marxismo-leninismo, aí vem perdendo terreno, voltando suas esperanças para os países latino-americanos e o mundo afro-asiático. Por outro lado, a própria Rússia que pratica o marxismo-leninismo está adotando técnicas e métodos capitalistas.

Assim vão sendo disseminadas a mentalidade e a tática dos fabianos, cujas origens se encontram na Inglaterra. Em 1883 era fundada neste país da Mancha a Sociedade Fabiana, à qual deram sua adesão *Bernard Shaw* e *Sidney Webb*. Procede a sua denominação do romano *Fábio Máximo*, o Contemporizador (*Cunctator*). A tática dêste cabo de guerra consistia em esgotar o inimigo por meio de retiradas estratégicas, escaramuças e uma resistência prolongada, até conseguir o almejado triunfo. Na luta com os cartagineses, fazia-os seguir passo a passo, impedindo-os de receber os necessários víveres e evitando os combates regulares. Preconizam os fabianos, em vez da ação direta revolucionária, uma política de contemporização perante a atual estrutura capitalista, até se chegar à plena realização do socialismo.

20. Como conciliar o planejamento e a liberdade? É possível uma "planificação" democrática? Tais têm sido os temas dos estudos de *Karl Mannheim*, traduzidos em várias línguas e obtendo ampla difusão. Para *Schumpeter*, em CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA, o capitalismo, em virtude do seu próprio desenvolvimento — sobretudo o desenvolvimento do "espírito de racionalização" — arruina-se por dentro e se transforma no socialismo. Por sua vez, *Friedrich A. Hayek*, em O CAMINHO DA SERVIDÃO (edição brasileira da Livraria do Globo de Pôrto Alegre), defendeu a tese de que as democracias, através de planificações de tipo socialista, estão se encaminhando para o totalitarismo.

O ponto de partida da doutrina fabiana consiste na teoria da continuidade entre capitalismo e socialismo, de *Sidney Webb*. *Marx* considerava o socialismo revolucionário uma conseqüência da crescente miséria da classe operária e do fracasso do capitalismo pela sua incapacidade em resolver o problema da distribuição. Mas começava a surgir, em lugar do capitalismo da miséria, o capitalismo da abundância, elevando o padrão de vida das classes menos favorecidas. Em face de tais perspectivas, *Webb* esperava o melhoramento crescente da situação dos trabalhadores e uma distribuição mais equitativa das riquezas, graças à legislação sôbre salários, horas e condições de trabalho ou impôsto progressivo. Via nestas reformas, bem como nas nacionalizações e na administração pública de indústrias e serviços, etapas para chegar ao socialismo.[21]

Dissentiram os primeiros fabianos do método revolucionário da Federação Social Democrática de *Hyndman* — agrupamento marxista — e forneceram subsídios doutrinários primeiro para o *Independent Labour Party* (1893), depois para o Comité de Representação Trabalhista e finalmente para o atual Partido Trabalhista, cujo programa, a partir de 1918, foi sendo encaminhado decididamente no sentido das diretrizes de *Sidney Webb* e seus companheiros. Além de publicarem volumes de Ensaios, os fabianos começaram a atuar na formação da opinião pública através de fôlhas volantes e pequenos escritos de vulgarização.

Sem a filosofia da vida e a tática dos fabianos, não se pode compreender o movimento socialista britânico e o trabalhismo, em grande parte por êle inspirado. Mas a sua influência não se restringiu ao *Labour Party*. Desde logo sua atividade se fêz sentir junto aos liberais. O enfraquecimento do Partido Liberal veio confirmar as teses fabianas. Com efeito, dada aquela continuidade entre o capitalismo e o socialismo, o liberalismo econômico devia ir cedendo cada vez mais ao socialismo, saindo êste daquele como a borboleta do casulo. O fortalecimento do Partido Trabalhista coincidiu com a lenta e gradual dissolução do Partido Liberal.

21. *G. D. H. Cole*, FABIANISM, *in* ENCYCLOPÆDIA OF SOCIAL SCIENCES.

Nem o Partido Conservador escapou à influência, pelo menos indireta, dos fabianos, que contribuíram para difundir a mentalidade socialista na própria aristocracia. E como escreve um grande conhecedor da vida inglêsa, "na Inglaterra o triunfo do socialismo sôbre a organização capitalista da sociedade poderá ser duvidoso e oscilar ainda, em uma ou duas eleições gerais, com as vacilações que sempre cabe esperar das reações das massas; porém, salvo uma inesperada modificação, o futuro é socialista, porque o são, ainda que sem o saber, muitos dos conservadores, assim como o espírito dominante na Inglaterra de hoje".[22]

22. *Ignacio Hernando de Larramendi,* TRES CLAVES DE LA VIDA INGLESA, Madrid: Esplandián, pág. 143.

5. O SOCIALISMO ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE.

O socialismo nasceu sob o signo da utopia. Todos aqueles que, depois de *Morus,* formam a coorte dos chamados socialistas utópicos, figuram cronològicamente na primeira plana do socialismo moderno. No século XIX, corporificou-se o chamado socialismo científico, mas nem por isso os movimentos socialistas, nos diversos países em que se manifestaram, vieram dispensar a utopia para despertar o entusiasmo dos adeptos de seus programas e para sair à conquista de novos crentes. Foi sempre a utopia o poderoso motor de que se serviu a propaganda socialista para estender o seu domínio sôbre as massas.[23]

Os próprios fabianos têm um objetivo final utópico, não obstante seguirem uma estratégia de ação indireta e adotarem tàticamente uma política realista.[24] Divergem de *Marx* mais quanto aos meios do que quanto a os fins, e nêles se reflete o utopismo da *Crítica ao programa de Gotha,* onde se delineia uma sociedade sem Estado e sem classe, realizando a felicidade entre os homens.

Daí resulta o anarquismo latente em muitos dos teóricos trabalhistas da linha utópica, observado por *Andrew Hacker,* que enumera os seguintes traços característicos dessa tendência do socialismo britânico: 1.º) *anarquismo,* com o desaparecimento da autoridade e da coação social; 2.º) *igualdade social* absoluta;

23. Utopia e mito por vêzes se equivalem. O papel do mito nos movimentos de massas foi objeto dos conhecidos ensaios de *G. Sorel,* RÉFLECTIONS SUR LA VIOLENCE e *E. Cassirer,* THE MYTH OF THE STATE.

24. A preocupação realista nota-se nas pesquisas sociais de *Beatrice Webb,* cujo resultado foi reunido em dezessete volumes. No dizer de *Cole* (lugar citado), data dêstes trabalhos, continuados depois por ela mesma e por seu espôso *Sidney Webb,* a orientação mais realista do socialismo fabiano, tendo referidas pesquisas versado sôbre a vida e o trabalho da população londrina.

3.º) *estática* da sociedade futura que, alcançando a perfeição, atingirá um imobilismo e uma uniformização total da vida, *an Epoch of Rest* no dizer de *Morris*.[25]

Os fundamentos doutrinários do socialismo, onde quer que os pesquisemos, são de natureza filosófica e mesmo religiosa. Isto porque as questões sociais, no seu sentido mais profundo, são questões morais e religiosas, excedendo de muito o domínio restrito da economia, em cujos limites *Marx* quis confinar a sua gênese.[26]

Não admira, pois, que em tôdas as questões políticas acabemos sempre por chegar a questões teológicas, como notava *Proudhon* no século passado. Em resposta a *Proudhon, Donoso Cortés* escrevia o ENSAYO SOBRE EL CATOLICISMO, EL LIBERALISMO Y EL SOCIALISMO, no qual, submetendo ao escalpelo de uma análise penetrante êsses dois sistemas sociais, que começavam a se defrontar na marcha para a conquista das massas, confrontava-os com as verdades fundamentais da Revelação cristã, sobretudo no concernente à natureza humana.

Entre tais verdades está o fato do pecado original considerado por *Andrew Hacker* em seu citado artigo, onde nos diz: "um exame dos pressupostos referentes à natureza do homem é vital para a compreensão de qualquer teoria política, e mesmo de qualquer programa prático de ação".[27]

---

25. *Andrew Hacker*, ORIGINAL SIN VS. UTOPIA IN BRITISH SOCIALISM, *in* THE REVIEW OF POLITICS, Indiana: Notre Dame University, volume 18, n. 2, abril 1956.

26. Mesmo o materialismo histórico, apesar de repudiar a metafísica, tem a sua metafísica, procedente do idealismo de *Hegel*. Por outro lado, *Marx* apresenta a sua doutrina como portadora da mensagem de felicidade para o mundo de amanhã, e deifica o proletariado, julgando-o capaz de criar uma ordem social de valor absoluto e não meramente relativo às condições econômicas do tempo, como foram as ordens sociais instauradas pela aristocracia feudal e pela burguesia liberal. Isto já foi dito acima, e vem daí afirmarem *Berdiaeff* e outros autores que o marxismo é uma religião.

27. Cita o articulista estas palavras muito significativas do trabalhista *C. E. M. Joad*, da Universidade de Londres: "O pecado original expressa uma visão profunda da natureza humana. É porque muitos de nós, educados na esquerda intelectual, o rejeitamos,

Assim, entre os teorizadores do trabalhismo inglês há uma dualidade de concepções sôbre a natureza humana. Distinguem-se nitidamente os que têm do homem uma visão de certo modo ingênua e otimista daqueles para os quais a realidade não apresenta um aspecto tão risonho, mas antes uma perspectiva sombria, à cuja luz bruxoleante mal se pode conceber um estado de felicidade social neste mundo. Êstes últimos partem da idéia de ser o homem uma criatura decaída, devendo lutar contra as suas más inclinações, a prevalecerem frequentemente nos indivíduos de maior influência social. Por isso mesmo, o homem nunca pode alcançar a sua perfeição neste mundo. É a conseqüência do pecado original, admitido como fato histórico, pelo menos de um modo muito vago, por membros da Igreja da Inglaterra pertencentes ao Partido Trabalhista. Digo de um modo vago, e por vêzes "metafórico", segundo observa *Hacker*, porque o protestantismo não mantém a idéia do pecado original com a mesma clareza e o mesmo rigor do dogma católico. De qualquer forma, radica-se nesta idéia uma visão do homem, quiçá mesmo pessimista, que foi aliás na Inglaterra a de *Hobbes*, quando dizia ser o homem "um lobo para outro homem".

Os representantes da outra tendência, pelo contrário, longe de pertencerem à linha hobbesiana de pensamento, filiam-se à tradição vinda de *São Tomas Morus*, o autor da famosa *Utopia* dos tempos renascentistas. *Morus*, católico e mártir, canonizado pela Igreja, selou com o sangue a fidelidade aos dogmas da sua Fé, e como tal não podia deixar de admitir o pecado original e a corrupção da natureza humana. Mas o seu livro *Utopia*, uma obra de fantasia política, cujo sentido não cumpre aqui analisar, era uma verdadeira antecipação da EPOCH OF REST de *Morris* e de um modo geral das visões da sociedade futura de certos teóricos e líderes socialistas, empolgados pela miragem do "paraíso na terra".

Em oposição à postura mental dos que pressupõem a natureza humana debilitada pela queda, êstes acreditam no aperfei-

---

que ficamos constantemente desapontados. Caímos vítimas de um obscuro otimismo, a nos fazer pensar que o milênio de felicidade está às portas".

çoamento incessante do homem. A mesma posição foi a do liberalismo na era vitoriana, a era da *prosperity,* quando o evolucionismo spenceriano formulava a lei do progresso indefinido, interpretação sociológica da história da humanidade correspondente ao estado de espírito oriundo do desenvolvimento industrial e das conquistas da ciência naquele tempo.

Nesse estado de espírito situa-se o novelista *H. G. Wells,* que prevê uma raça de super-homens, vivendo numa sociedade planificada cientìficamente. A dose de utopia nos livros de *Wells* é bem sensível, tanto mais que se trata de uma literatura de ficção. Basta lembrar os temas de suas novelas, como, por exemplo, A MÁQUINA DE EXPLORAR O TEMPO, para ter uma idéia do que seja essa mentalidade de crença nas possibilidades do ser humano, uma vez controlado pela ciência planificadora. Bem sugestivo, nesse sentido, o título de um dos livros do mesmo *Wells:* MEN LIKE GODS. No fundo, o que o socialismo pretende é sempre essa deificação do homem, numa tentativa que faz pensar na tentação dos nossos primeiros pais pela boca da serpente: "sereis como deuses".

Wells é, no socialismo britânico, o mestre-escola da classe média, e a classe operária tem também o seu doutrinador, *Robert Blatchford.* Hostil ao Cristianismo, *Blatchford* nega expressamente o pecado original e no seu livro GOD AND MY NEIGHBOUR, citado por *Hacker,* diz que o pecado não existe.

De *Owen* a *Wells* a linha da Utopia acompanha o desenvolvimento do saciolismo britânico, remontando mais longìnquamente a *Morus* e chegando em nossos dias até *Harold Laski.* Êste último, professor universitário e oráculo da ala esquerda do Partido Trabalhista, deixou vários livros de ciência política e direito constitucional. Depois da última guerra, escreveu as REFLEXÕES SÔBRE A REVOLUÇÃO DO NOSSO TEMPO, não escondendo sua simpatia pela experiência soviética e preconizando uma planificação de tipo coletivista.

Note-se, a respeito, uma particularidade importante: a sociedade planificada do futuro, como a concebem os socialistas, requer uma forte centralização político-administrativa. O Estado precisará controlar tôda a vida social, idéia esta inspiradora da política das nacionalizações defendida no Parlamento pelos trabalhistas e posta em prática nos seis anos durante os quais o

Partido permaneceu no govêrno. O refôrço da autoridade e a dilatação da esfera de ação do Estado, também recomendados por *Laski,* desviam-se do anarquismo e mesmo do igualitarismo inerentes à linha de pensamento da Utopia.

Trata-se do mesmo problema que surgiu na Rússia após a implantação do regime comunista. Dia a dia foi sendo fortalecido o poder do Estado e acentuado seu caráter totalitário, ao mesmo tempo em que se formava uma categoria bem diferenciada de cidadãos, constituída pelos dirigentes do Partido, os altos funcionários, os chefes militares e os técnicos de indústria, em contradição com o igualitarismo preconizado na doutrina.

Na Inglaterra, necessidades práticas do govêrno e da administração não permitiram que o programa delineado por alguns teóricos de grande influência no Partido Trabalhista fôsse cumprido integralmente, sem falar das conseqüências decepcionantes que as nacionalizações por vêzes trouxeram.

O *Times* de 15 de maio de 1951 observava o seguinte: "os homens e as mulheres que, em 1945, acreditaram com tanta confiança que tinham a chave do futuro, descobrem agora, após cinco anos e meio de cruel experiência e desilusão, que o Partido Trabalhista não abriu nenhuma porta para a terra prometida". E o trabalhista Paul Henderson confessava: "Era magnífico nos primeiros tempos. Nós nos deixávamos ficar nas esquinas para dizer aos trabalhadores que a nacionalização lhes traria uma nova justiça, responsabilidades novas, um mundo nôvo. Eu amei cada instante daquela época. Mas o desgôsto está em que nós tivemos desde então o poder durante seis anos e meio, e descobrimos que a nacionalização dos meios de produção e de comércio não traz a resposta a todos os problemas, como acreditávamos antes".[28]

É o que explica também o recuo da política de centralização planificadora em outras experiências socialistas. Um caso frisante, para exemplificar, está no fato de haver o govêrno da Tchecoslováquia, diante do fracasso do dirigismo econômico,

---

28. *Marcel Merle,* LE BEVANISME, OU LA CRISE DU PARTI TRAVAILLISTE, *in* REVUE FRANÇAISE DE SCIENCE POLITIQUE, vol. IV, n. 1, janeiro-março, 1954, pág. 110.

conceder, a título experimental, liberdade a empresários industriais para produzirem segundo a lei da oferta e da procura num regime de economia de mercado que faz aquêle país retornar, pelo menos em parte, ao sistema do capitalismo privado. Por outro lado, no comércio, os modelos e os preços começam a ser fixados de acôrdo com as solicitações dos fregueses e não mais pelas simples determinações dos comissários do govêrno. Na agricultura, o contrôle das fazendas coletivas tem sido relaxado, dando-se aos camponeses parcelas de terra em pequenas áreas para serem por êles cultivadas.[29]

29. Reportagem sôbre o socialismo na Tchecoslováquia e na Hungria, publicada no U. S. NEWS AND WORLD REPORT, de 28 de junho de 1965 (p. 8 e seguintes).

6. SOCIALISMO, PLANEJAMENTO E NACIONALIZAÇÃO.

Será o socialismo inevitável? Estará nele o futuro dos povos?

É o que talvez se pudesse depreender de um exame das tendências da nossa época. Mas devidamente analisados, os regimes coletivistas da atualidade mostram que o socialismo esbarra, na prática, com obstáculos intransponíveis, tornando irrealizáveis os seus ideais.

Após a última guerra mundial, tudo parecia indicar o triunfo do socialismo como regime dos novos tempos. Nas eleições inglesas de 1945, o Partido Trabalhista pela primeira vez conseguia obter maioria absoluta no Parlamento, sendo os conservadores, sob a liderança de Churchill, derrotados na paz depois de terem vencido a guerra. Em vários países da Europa ocidental, os partidos socialistas se fortaleciam e ampliavam os seus quadros. Tudo isso enquanto a União Soviética impunha o marxismo-leninismo aos seus países satélites da "cortina de ferro", e a imensa população da China passava a viver em regime comunista.

Entretanto, à medida que o tempo vai correndo e em face das dificuldades encontradas, o socialismo se manifesta incapaz de levar avante os seus desígnios. Daí o seu recuo em alguns países, o enfraquecimento dos partidos socialistas noutros e as concessões feitas pelos programas de tais partidos ao sistema econômico que pretendiam abolir. Entre as "democracias populares" vemos reaparecer a economia de mercado e a livre competição. O socialismo alemão vai perdendo a sua feição radical de outrora, a ponto de, no Congresso do Partido Social Democrático de 1959, se ter afirmado o direito de propriedade dos bens de produção e o princípio da liberdade de concorrência. A readmissão do lucro como motivação da atividade agrícola e industrial, em países socialistas, é um dos sintomas mais evidentes de quanto é insustentável uma economia plenamente coletivista.

Se o socialismo representa uma tendência que a muitos pode parecer irreprimível, isto se dá em virtude dos próprios princípios contidos no liberalismo e de condições criadas pelo sistema capitalista, conforme vimos acima. Daí o impulso do socialismo em países como a Inglaterra e a generalização de certa mentalidade socialista entre os membros de partidos democráticos não socialistas.

Por isso mesmo, o socialismo, onde tem prevalecido e poderá vir ainda a prevalecer, deve ser visto não como expressão de um mundo nôvo, tal qual o pretendem seus adeptos, mas como liquidação do mundo capitalista liberal.

A certas pessoas se afigura corresponder o socialismo a uma necessidade dos nossos tempos, dada a contingência em que se encontram os governos de hoje, de não poderem fugir ao planejamento econômico e social, para atenderem aos problemas da hora presente. É o que se verifica particularmente nos países que não atingiram ainda um desenvolvimento normal e naqueles onde há uma disparidade muito grande entre o grau de desenvolvimento de umas e outras regiões.

Além disso, os Estados vêm-se hoje freqüentemente impelidos a promover a nacionalização de certos bens ou de atividades econômicas, por razões imperiosas de ordem pública.

Não se deve, porém, confundir planejamento ou nacionalização com socialismo. É certo que, de um modo geral e dada a orientação político-econômica de há muito tempo predominante nos países ocidentais, quase não se pode mais conceber a ação social do Estado senão nos moldes de um dirigismo de sabor socialista, acabando por conduzir até mesmo ao totalitarismo.

Temos visto que a intervenção do Estado na ordem econômica vai produzindo a seguinte situação: começando a intervir, o Estado tende a avançar cada vez mais, seguindo as vias de um coletivismo progressivo. Por tôda parte, o aparelhamento do Estado torna-se mais forte e mais complexo. Suas funções, tanto nos países de capitalismo privado quanto nos países socialistas, têm crescido consideràvelmente. O Estado passou a ser o árbitro entre o produtor e o consumidor, e os interêsses particulares dependem cada vez mais dêle.

Podemos observar ainda que, diante de certas situações excepcionais, por exemplo, em tempo de guerra ou perante uma

crise econômica muito grave, o Estado assume algumas funções extraordinárias para o desempenho de tarefas de salvação pública, mas depois, passadas aquelas situações, êle continua a exercê-las. A tendência é, pois, para um intervencionismo progressivo, com sacrifício da iniciativa privada e riscos para a liberdade. Ou seja: quando o Estado põe o pé em algum terreno, não o retira mais.[30]

Não devemos, porém, pensar que se trate de uma tendência inelutável à qual não seja possível fugir. Efetivamente, DENTRO DOS POSTULADOS DO INDIVIDUALISMO LIBERAL E DO SOCIALISMO NÃO HÁ NENHUM CRITÉRIO EFICAZ PARA LIMITAR A AÇÃO DO ESTADO, resultando de tais postulados uma orientação político-social em antagonismo com a ordem natural e histórica das sociedades humanas.[31] Mas desde que esta ordem venha a ser restaurada, corrigindo-se a desorganização oriunda do liberalismo e conducente, através do socialismo, ao dirigismo totalitário, o Estado poderá exercer as suas funções sem que a liberdade dos indivíduos e dos grupos chegue a sofrer danos fatais.

Vimos que o individualismo e o socialismo reduzem a sociedade política a um agregado inorgânico de indivíduos. Para o liberalismo, no seu extremo, que nunca chegou a ser plena-

---

30. O fenômeno foi muito bem analisado por *Bertrand de Jouvenel*, em LE POUVOIR-HISTOIRE NATURELLE DA CROISSANCE, Genebra: Bibliothèque du Cheval Ailé, Constant Bourquin Editeur. No mesmo sentido, veja-se o citado livro de *F. Hayek*.

31. Na democracia de inspiração liberal apela-se para as garantias de direitos oferecidas pelas Constituições e amparadas pelo Poder Judiciário. Sabemos, entretanto, que tal sistema, nas presentes condições, pode ser fàcilmente burlado. Nada mais esclarecedor a respeito do que o ocorrido nos Estados Unidos, na luta entre o Presidente Franklin Roosevelt e a Côrte Suprema, a propósito do *New Deal*. As medidas intervencionistas preconizadas por aquêle chefe de Estado foram julgadas inconstitucionais pela Suprema Côrte de Justiça, mas afinal vieram a ser aceitas com a renovação dêste órgão feita pelo próprio Presidente graças ao longo tempo em que, por suas reeleições, permaneceu no poder. Torna-se por vêzes precária a independência do Judiciário, e a teoria da separação de poderes tem sido desmentida pelos fatos.

mente pôsto em prática, o Estado deve assegurar as liberdades individuais, formuladas teòricamente nos textos constitucionais, e cruzar os braços diante das questões econômicas, abandonadas ao livre jôgo das leis naturais. O socialismo, pelo contrário, para remediar os inconvenientes daí resultantes, preconiza ampla intervenção do Estado sem limitações garantidoras daquelas liberdades.

Colocando o indivíduo só e desamparado em face do Estado, a democracia, na sua feição liberal ou socialista, prepara o caminho para o Estado totalitário. Dissolvidos os grupos sociais autônomos, temos de um lado os interêsses particulares, dos indivíduos, e de outro o interêsse geral, representado pelo Estado. Para conjurar os efeitos do conflito entre os interêsses individuais e o interêsse da coletividade surge o Estado, intervindo com uma atividade cada vez mais preponderante e absorvente.

O socialismo, como foi dito de início, tem por característico essencial exatamente essa predominância exagerada da coletividade sôbre os indivíduos, ou de uma sociedade maior sôbre sociedades menores que são por ela absorvidas senão mesmo anuladas.

Para escapar à anarquia liberal sem cair no socialismo de Estado não há outro caminho senão o de reconhecer ao trabalho o seu devido valor, como atividade de homens organizados em estruturas profissionais, isto é, em comunidades que os aproximam uns dos outros e lhes permitem enfrentar e resolver os seus próprios problemas sem precisar recorrer ao paternalismo estatal, muito fácil de se transformar em totalitarismo. A valorização dos grupos profissionais e de outras associações e comunidades intermediárias, protegendo os indivíduos que delas fazem parte, levanta barreiras ao intervencionismo ilimitado do Estado, permitindo realizar uma descentralização de funções: tais agrupamentos reservam para si muitas tarefas e o Estado se descongestiona.

A sociedade, assim, é reconstituída orgânicamente, passando o Estado a exercer uma ação supletiva em relação aos particulares.

Eis o que seja o princípio de subsidiariedade, com muita clareza enunciado pelo Papa Pio XI na Encíclica QUADRAGESSIMO ANNO, e mediante a aplicação do qual os planejamentos

e as legítimas nacionalizações podem perfeitamente vir a realizar-se sem socialismo.

Na referida Encíclica lemos o seguinte: "assim como não é lícito subtrair aos indivíduos e confiar à coletividade o que êles são capazes de fazer com as suas próprias fôrças e indústrias, da mesma forma passar para uma sociedade maior e mais elevada o que sociedades menores e inferiores poderiam conseguir, é uma injustiça, um grave dano e perturbação da ordem social. Tôda ação da sociedade, em virtude da sua própria natureza, deve consistir em prestar ajuda — *subsidium* — aos seus membros, e jamais destruí-los ou absorvê-los".

E em conclusão: "Deixe, pois, a autoridade pública ao cuidado de associações inferiores aquêles negócios de menor importância que a absorvam demasiado. Poderá, assim, desempenhar mais livre, enérgica e eficazmente o que só a ela compete, porque só ela o pode fazer: dirigir, vigiar, urgir e reprimir, conforme os casos e a necessidade o requeiram. Persuadam-se todos os que governam que quanto mais perfeita ordem hierárquica reinar entre as várias agremiações, segundo êste princípio da função supletiva dos poderes públicos, tanto maior influência e autoridade terão êstes, tanto mais feliz e lisongeiro será o estado de uma Nação".

O princípio de subsidiariedade vale, pois, para o Estado e para qualquer outra sociedade. Quando o indivíduo é capaz de fazer alguma coisa, é natural que êle o faça; quando não, deve fazê-la o grupo a que êle pertence. Quando a família pode fazer algo, não há razão para criar impedimentos; quando não pode, a tarefa em questão deve ser cometida a uma sociedade maior. Quando o município estiver em condições, é justo que realize um determinado empreendimento; em caso contrário, a região ou a província. O mesmo se diga do Estado, em relação à comunidade nacional com todos os grupos que a compõem, atuando aquêle em lugar dêstes quando fôr necessário.

Em vários casos, pode tornar-se legítima a ação do Estado, cujo alcance, maior ou menor, dependerá das condições de cada país e de cada época.

Primeiramente, temos a considerar o que os particulares não são capazes de fazer por suas próprias fôrças, ou então empreendimentos dispendiosos demais, excedendo as possibilidades da

iniciativa privada. É o caso de grandes represas ou estradas, obras que vão além do âmbito de ação dos particulares e de seus recursos.

A intervenção do Estado é também legítima quando alguns grupos não se acham em condições de poder atender aos seus objetivos, por deficiências provindas de anomalias sociais. É o que ocorre com as famílias indigentes. Em épocas de crise, os grupos se ressentem — uns mais, outros menos — podendo deixar de realizar o que normalmente lhes seria acessível. O Estado passa a executar certas tarefas pelas quais vem em auxílio das sociedades menores enfraquecidas ou desorganizadas.

Finalmente, há iniciativas que não devem pertencer aos particulares porque isto poderia comprometer o interêsse nacional. A exploração de certos minérios e do petróleo está neste caso, figurando-se aí hipóteses nas quais a segurança nacional e a independência econômica do país requerem uma nacionalização.[32]

Assim, o princípio de subsidiariedade apresenta os três aspectos seguintes:

1.º) insuficiência dos particulares em virtude da própria natureza da obra a realizar;

2.º) deficiências motivadas por condições extrínsecas e acidentais, em épocas de crise;

3.º) restrições impostas à livre ação dos particulares por exigências do bem comum nacional, para atender a razões de segurança ou para manter a independência efetiva de um povo.

É certo que o Estado, na missão de promover o bem comum, vai exercendo, em nossos dias, atribuições cada vez mais amplas, por serem também cada vez mais numerosas as necessidades in-

32. *Nacionalização* é um têrmo empregado freqüentemente para designar o que outros denominam *socialização*. Êste último vocábulo pode dar margem a equívocos, trazendo já a idéia de socialismo. Mas o fato é que, na linguagem sociológica moderna, "socialização" quer dizer integração social e pode também significar o fortalecimento das pequenas sociedades em face do Estado (cf. *J. P. Galvão de Sousa*, SOCIALISMO E CORPORATIVISMO EM FACE DA ENCÍCLICA "MATER ET MAGISTRA", especialmente o primeiro capítulo).

dividuais e coletivas cuja satisfação é impossível em têrmos de iniciativa privada.

Daí os planejamentos e as nacionalizações. Para deixar definitivamente a desordem liberal, sem cair num regime coletivista e totalitário, cumpre ter presente o título que justifica a intervenção do Estado em várias esferas da atividade social: completar e suprir as deficiências da iniciativa dos particulares.

A boa aplicação dêste princípio só pode resultar de uma concepção orgânica da sociedade política, permitindo a reconstituição e o fortalecimento das comunidades sociais, como base para uma descentralização das funções do Estado.

Tal perspectiva se enquadra perfeitamente nas realidades da nossa época, ante o fracasso do liberalismo e o malôgro de certas experiências socialistas. Se as atribuições do Estado têm se multiplicado, nem por isso os corpos sociais deixam de adquirir uma pujança cada vez maior, tendendo a afirmar sua autonomia em face da estatização crescente.

Para um autor sueco da atualidade, *Per Engdahl*, a política fundada no fortalecimento dêsses corpos é a "política do futuro". A seu ver a mais séria ameaça que pesa sôbre o mundo de hoje é a ditadura burocrática, "conseqüência lógica da democracia moderna". Pelo contrário, a passagem de funções do Estado a organizações de tipo corporativo significará um cerceamento à máquina administrativa do Estado, que começa a tomar proporções gigantescas. Uma nova forma de administração, independente, nacional, se configura e serve de contrapêso às tendências para a burocratização nas democracias contemporâneas.[33]

33. *Per Engdahl*, LE CORPORATISME, POLITIQUE DE L'AVENIR, ed. Les Sept Couleurs, págs. 8 e 17.

3.ª Parte

O COMUNISMO OU A DIALÉTICA REVOLUCIONÁRIA

1. O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO.

Em abril de 1917 um trem blindado transportava o chefe revolucionário Wladimir Iljitsch Uljanow (*Lenin*) da Suíça, onde estava exilado, para a Rússia, através da Alemanha, cujo Imperador, Guilherme II, fazia conceder garantias ao viajante. A intenção do govêrno alemão era provocar o colapso dos exércitos russos, liquidando assim aquela frente da guerra mundial. Desde fevereiro ruira o Império dos Tzares, tendo sido proclamada a república. O nôvo regime, sustentado por vários partidos democráticos e socialistas, tendo por presidente Kerenski, enfrentava uma situação difícil: entre os soldados faltava munição e na retaguarda escasseavam os víveres. *Lenin,* de raça mongólica, homem de vontade férrea e implacável em suas decisões, um gênio diabólico da ação revolucionária, e o judeu Leon Davidovitch Bronstein (Trotski), deram o golpe de misericórdia no regime democrático, que nascera cambaleante, e implantaram a ditadura do proletariado, concluindo, em princípios de 1918, a paz de Brest-Litowsk com a Alemanha. A "guerra imperialista" se transformava em "guerra civil".

Entre *Lenin* e Trotski houve dissensões, que, depois da morte do primeiro, acabaram por indispor definitivamente Trotski com o govêrno comunista russo, sendo êle exilado por Stalin e vindo a falecer assassinado no México, onde fundara a Quarta Internacional.

Trotski, adepto da idéia da revolução permanente, julgava, contra o ponto de vista de *Lenin* e mais tarde o de Stalin, que a revolução num só país era impossível. Ou o comunismo russo desencadearia um movimento revolucionário no resto da Europa, ou as potências capitalistas terminariam por esmagar o comunismo russo.

O Partido Operário Social-Democrata Russo, num congresso realizado em 1903, dividira-se em duas facções divergindo quanto à tácita a ser adotada: a maioria (*Bolchinstvo*) e a minoria (*Menchinstvo*). Estas duas facções tornaram-se dois partidos dis-

tintos, reivindicando cada qual para si o nome do Partido Social--Democrata, vindo finalmente os bolchevistas a se denominarem Partido Comunista. Assim davam maior ênfase à sua separação do tradicional socialismo moderado ou parlamentar, que era o dos mencheviques e de outros grupos socialistas. Trotski, pertencente a princípio à ala radical dos mencheviques, tornou-se depois, ao lado de *Lenin* e *Lunatcharski*, um dos chefes dos bolchevistas.

Os mencheviques admitiam chegar ao socialismo por uma evolução natural, ao passo que os bolchevistas queriam a imediata insurreição proletária e a conquista do poder político como meios de realização do socialismo, com a posse da terra, das indústrias, das riquezas naturais e das instituições financeiras. Foi êste o critério que prevaleceu na revolução de outubro, sob os *slogans*: "Todo o poder aos soviets" e "Paz, terra e pão". Os soviets eram conselhos de operários e camponeses, daí resultando as repúblicas soviéticas agregadas na U.R.S.S.[1]

O primeiro período do bolchevismo foi assinalado pelo terror implantado por meio da polícia política, a Tcheca, mais tarde GPU, depois NKVD e atualmente MVD. Constituiu-se o exército vermelho como um dos sustentáculos do regime. A crise econômica e a fome foram os espectros desta fase, à qual se seguiu a nova orientação da política econômica (NEP), a partir de 1921, sendo dada alguma liberdade aos artesãos, pequenos comerciantes, camponeses (*kulaks*) e cooperativas operárias, sem falar no chamamento de capitais e técnicos estrangeiros. Foi o ponto de partida da industrialização da Rússia, intensificada com Stalin, e desde então se dizia que o comunismo eram os soviets mais a eletrificação. O Partido Comunista controlava a situação e era o partido único, ao mesmo tempo em que o Estado, suprimida a liberdade de imprensa, mantinha os jornais oficiais, dirigia o pensamento e a formação da juventude escolar e entregava-se à campanha anti-religiosa dos "sem Deus".

Depois da morte de *Lenin*, ocorrida em 1924, Stalin, substituindo-o na secretaria do Partido e na chefia do govêrno, fêz

1. *John Reed*, DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO, trad. portuguêsa, Editôra Fulgor, prefácio da edição soviética e explicações preliminares.

executar o primeiro plano quinquenal, para reerguimento econômico do país, construindo-se as grandes usinas dos Urais, do Donetz e da Sibéria. Promoveu também a liquidação dos *kulaks*, ou camponeses proprietários, que foram expropriados, como os capitalistas o haviam sido em 1918. Foi esta uma das transformações revolucionárias mais profundas, equivalendo, pelos seus efeitos, à revolução de 1917. Ao milhão e meio de vítimas do terror e da fome nos primeiros tempos do regime, acrescentava--se agora o grande número de prisioneiros dos campos de concentração e mortos nos violentos expurgos, a abrangerem chefes militares, dirigentes do Partido e funcionários graduados caídos na desgraça.

A União Soviética transformara-se num poderoso Estado totalitário, aliado ao totalitarismo nazista para a partilha da Polônia, e depois em guerra contra o nazismo ao lado das democracias ocidentais. Desta guerra a Rússia comunista foi a grande beneficiada, estendendo suas conquistas e passando a dominar, com o seu imperialismo, a Europa central e imensas regiões asiáticas. Isto era o resultado da famosa conferência de Yalta, e da política alí seguida pelo Presidente Roosevelt.

Depois da guerra de 1914 e uma vez triunfante na Rússia, o comunismo esteve a pique de obter novos triunfos na Alemanha e na Itália, chegando a dominar por alguns meses na Hungria, com Bela Kun. Poucos anos antes da segunda guerra mundial, a Espanha, sob o govêrno da Frente Popular, encaminhava-se decisivamente para a bolchevização, tendo sido ali desencadeada uma das maiores perseguições religiosas da história em todos os tempos, mas o alçamento de 1936 libertava aquêle país, preservava a Europa e punha a salvo o Ocidente da dominação soviética.

A segunda guerra mundial fortaleceu a posição do comunismo em vários países, permitindo-lhe uma grande expansão. Os comunistas tomaram o poder na Iugoslávia, na Polônia, na Bulgária, na Hungria, na Rumânia, na Tchecoslováquia, na Albania, na China e em vários lugares da Ásia, sem falar da Alemanha oriental, ao mesmo tempo em que a União Soviética anexava a Lituânia, a Letônia, a Estônia e parte da Finlândia, além de regiões da Polônia.

Foi então extraordinàriamente aprimorada a técnica revolucionária. A ocupação do poder era obra de minorias organizadas atuando sôbre as populações mediante a intimidação, as sugestões e as infiltrações até que chegasse o momento do assalto aos parlamentos e aos governos. Quando o último canhão deixava de ressoar, nos campos de batalha da Europa, tinha início a guerra fria, que, na modalidade de guerra psicológica, foi aperfeiçoada por Mao-Tse-Tung, chefe do comunismo chinês.[2]

Era a guerra revolucionária, estendendo-se por todos os continentes e tendo como centro de irradiação o Kominform, que em 1947 vinha substituir o antigo Komintern, suprimido nos anos da guerra por razões de estratégia política.

O comunismo é, assim, uma grande fôrça revolucionária em andamento. Sua implantação na Rússia deve-se em grande parte à política alemã do tempo de Guilherme II e sua expansão pelo mundo à política norte-americana de Roosevelt, nos fins, respectivamente, da primeira e da segunda guerra mundial.

Não nos esqueçamos também de que o bolchevismo do tempo de *Lenin* foi financiado por banqueiros ocidentais, e tudo isto nos faz compreender as razões que levaram *Fulton Sheen* a responsabilizar a consciência do Ocidente pelo comunismo russo. Isto é verdade quer se considere o aspecto político do comunismo, quer a sua filosofia. Quanto a esta última, resulta da mistura de idéias deísticas e ateísticas vindas do iluminismo do século XVIII e também de correntes de pensamento do século XIX. As idéias do comunismo são de origem ocidental e burguesa. O próprio *Lenin* assinalava que o marxismo procede da filosofia alemã, da economia inglêsa e do socialismo francês.[3]

Neste sentido, para uma compreensão perfeita do comunismo, como princípio revolucionário e revolução permanente, cumpre remontar às origens do pensamento moderno, isto é, ao humanismo naturalista da Renascença e à revolução religiosa do protestantismo. A corrente de idéias daí procedente gerou a Revolução de 1789 na França e a de 1917 na Rússia.

2. Tôdas as revoluções modernas têm sido feitas por minorias intelectuais e não pelas massas, sempre dirigidas e controladas. É o que vem ocorrendo desde a Revolução de 1789. Ver especialmente *Augustin Cochin*, LES SOCIÉTÉS DE PENSÉE ET LA DEMOCRATIE MODERNE, Paris: Plon e *George Uscatescu*, REBELIÓN DE LAS MINORIAS, Madrid: Editora Nacional, 1955.

3. Cf. supra, 2.ª parte, n. III. *Fulton Sheen*, COMMUNISM AND THE CONSCIENCE OF THE WEST, Brownan and Nolan Limited, Dublin: The Riechview Press, especialmente págs. 7 e 55. *Julio Meinvielle*, EL PODER DESTRUCTIVO DE LA DIALÉCTICA COMUNISTA, Buenos Aires: Ediciones Tneoría, pág. 9. Na Rússia o marxismo foi adaptado à mentalidade do povo, conjugando-se com o niilismo, o populismo e o anarquismo (cf. *N. Berdiaeff*, LES SOURCES ET LE SENS DU COMMUNISME RUSSE, trad. francesa, Gallimard e *S. R. Tomkins*, THE RUSSIAN INTELLIGENTSIA MAKERS OF THE REVOLUTIONARY STATE, Norman: University of Oklahona Press.

O líder comunista Thorez, em discurso de 28 de outubro de 1937, publicado pelas Edições do Comité popular de propaganda, reconhece aquela filiação, dizendo: "Nós, comunistas, somos os discípulos de *Marx* e *Engels*, de *Lenin*, de Stalin... dos partidários convictos do materialismo dialético, teoria de vanguarda do proletariado revolucionário.

Somos os herdeiros autênticos e os continuadores do pensamento revolucionário dos materialistas franceses do século XVIII, dos grandes Enciclopedistas, êles por sua vez filhos espirituais daquele outro grande filósofo francês, *Descartes*".

Sob tais inspirações é que os comunistas pretendem dar uma explicação racional e científica do mundo e de sua evolução. Para êles, a Revolução é redentora, gera o "homem nôvo" e dá sentido à vida. Não a revolução como simples derrubada de um govêrno pela fôrça, alteração violenta de um regime político ou subversão da ordem social, mas com R maiúsculo: a Revolução total, com repúdio de Deus e do sobrenatural, de Cristo e da Igreja, ou seja a Cidade terrena de que falava Santo Agostinho, em oposição à Cidade de Deus, pretendendo instaurar uma nova ordem baseada no naturalismo cientificista e no ateísmo.

O comunismo é a Revolução total, avançando hoje de duas maneiras que se completam, na penetrante observação de um autor argentino: "Avança porque um centro mundial trabalha para fazê-lo avançar. Avança, além disso, porque os povos, debilitados pelo naturalismo e o liberalismo, não sòmente não oferecem resistência mas ainda se sentem dispostos a lhe dar acolhida".[4]

4. *Julio Meinvielle*, EL COMUNISMO EN LA REVOLUCIÓN ANTICRISTIANA, Buenos Aires: Ediciones Theoría, 1961, pág. 62.

Em face de sociedades pertencentes à civilização cristã, nas quais os homens, em grande parte, não conhecem nem vivem devidamente o Cristianismo, e diante das divisões ideológicas e do materialismo prático aí reinante, o totalitarismo comunista avança tentando construir uma nova síntese em que o homem individual e irresponsável do liberalismo seja substituído pelo homem coletivo sob o contrôle do Estado.

Neste sentido, Stalin, embora admitisse provisòriamente a vitória do socialismo num só país, inculcava aquela idéia aceita pelos adeptos mais conscientes do marxismo-leninismo, a saber, que a Revolução deve marchar para a conquista de todos os povos.

Eis as suas palavras: "A vitória do socialismo num só país não é um fim em si. A Revolução vitoriosa num só país não deve considerar-se como uma grandeza suficiente a si própria, mas um auxiliar ou um meio para acelerar a vitória do proletariado em todos os países. Pois a vitória da Revolução num só país — no caso, a Rússia — não é apenas o fruto do desenvolvimento desigual e da desagregação progressiva do imperialismo. Nela se encontram, ao mesmo tempo, o começo e as primícias da REVOLUÇÃO MUNDIAL".[5]

5. *J. Stalin,* LES QUESTIONS DU LÉNINISME, trad. francesa, Paris: Editions Sociales, 1947, tomo I, pág. 111. Pelo que temos visto, comunismo, marxismo e bolchevismo nem sempre têm a mesma significação. Sôbre os primeiros tempos do comunismo soviético, umas das melhores obras é a de *Waldemar Gurian,* EL BOLCHEVISMO, em tradução espanhola, Sucessores de Juan Gili, Barcelona, 1932. Sôbre a experiência russa, *David J. Dallin,* THE REAL SOVIET RUSSIA, edição em inglês da Yale University Press, 1944. Quanto ao materialismo dialético — sua história e o sistema da filosofia soviética — obras fundamentais são as de *Gustav A. Wetter,* DIE DIALEKTISCHE MATERIALISMUS, Friburgo: Herder, e a primorosa síntese de *J. M. Bochenski,* vertida do alemão para o castelhano, EL MATERIALISMO DIALÉCTICO, Madrid: Ediciones Rialp. Bem atualizados e com farta documentação, o HANDBUCH DES WELTKOMMUNISMUS, dirigido por *J. M. Bochenski* e *G. Niemeyer,* Friburgo — Munich: Karl Alber, 1958 e *Jean Ousset,* LE MARXISME-LÉNINISME, Paris: La Cité Catholique, 1960.

2. A DIALÉTICA DA AÇÃO.

O secretário geral do Partido Comunista chinês, *Liu-Chao-Tchi,* escreve: "Nossa Revolução é diferente das outras revoluções da história. A revolução burguesa, por exemplo, acaba geralmente com a tomada do poder do Estado. Mas para o proletariado, a libertação e a vitória política significam tão sòmente o começo da Revolução"[6]

Por sua vez, *Marx,* ao anunciar o início de uma era nova para a humanidade, com o triunfo do comunismo, não queria significar com isto uma parada na evolução dos povos e no dinamismo revolucionário. Esta idéia de uma organização social que dispensasse daí por diante a ação transformadora — uma ordem estática e não dinâmica — é a de alguns socialistas como *Morris,* acima citado, e foi a da "Utopia", de *Morus*[7]

Marx afirma que o comunismo é a forma necessária e o princípio energético do futuro, mas é uma fôrça atuante permanente e não o fim da evolução humana. Isto por uma razão muito simples: porque o marxismo é o materialismo dialético e, na sua linha de pensamento, a Revolução não pode deixar de ser incessante e contínua.[8]

6. *Liu-Chao-Tchi,* POUR ÊTRE UN BON COMMUNISTE, Paris: Editions Sociales, 1955, pág. 49.

7. Ver acima, 2.ª Parte, n. V.

8. Ver a respeito o magnífico trabalho de *Jean Ousset* citado à nota 5, LE MARXISME-LÉNINISME, principalmente págs. 104-105. O mesmo autor transcreve esta declaração muito expressiva do professor *Henri Lefèvre,* um dos mais conhecidos teóricos marxistas na França: "O marxismo não é portador de um humanismo sentimental e piegas. *Marx* não se debruçou sôbre o proletariado porque êle é oprimido, para lamentar sua opressão... O marxismo não se interessa pelo proletariado enquanto é fraco — caso de certas pessoas "caridosas", de utopistas, de paternalistas sinceros ou não — MAS ENQUANTO ÊLE É UMA FÔRÇA" (págs. 86-87).

O marxismo tem da ação revolucionária uma concepção muito diversa da noção corrente de revolução e que assim se pode explicar em poucas palavras: "Para o homem corrente, que tem em vista um bem a realizar, uma revolução é um meio em vista de um fim, que é uma sociedade melhor e durável. Tal não é evidentemente a concepção do marxista, para quem não há bem a realizar, mas sòmente uma ação a conduzir. A ação revolucionária não é para êle um meio. Êle a deseja como obra gigantesca na qual o homem nôvo se criará, e o que importa é encontrar os meios desta ação revolucionária. Ora, na época de *Marx* um meio de escolha se apresenta: é a miséria extrema e a *total insatisfação da classe proletária.* Não é a infelicidade do proletariado um fim para o marxista, como se crê geralmente, mas antes na miséria do proletariado está um meio para a ação revolucionária".[9]

Temos assim a revolução pela revolução, ou ação pela ação, sem estar subordinada a um fim, a valores éticos ou sociais. É uma concepção estranha à primeira vista, e talvez difícil de compreender para quem não esteja bem enfronhado do sentido da dialética tal como de *Hegel* passou a *Marx.*

Hegel acometeu uma tarefa revolucionária nos domínios do pensamento, elaborando uma nova metafísica. Sua influência é manifesta na dialética marxista para a qual não tem sentido aquela expressão do Evangelho: "Sim, sim; não, não". O "sim" pode ser "não", e vice-versa, segundo as conveniências da ação. Isto é o que explica certas atitudes que à primeira vista podem parecer incoerentes nos comunistas, mas que na verdade se acham perfeitamente dentro dessa concepção da dialética.

Quando, por exemplo, na Rússia soviética se fizeram concessões à liberdade religiosa, depois da campanha em prol do ateísmo, ou quando, para atender a necessidades de tempo de guerra, se apelou para o patriotismo russo, exaltando-se os va-

9. É a mesma idéia expressa por *Henri Lefèvre* na citação da nota anterior. Estas linhas são de autoria de *Jean Daujat*, em CONNAITRE LE COMMUNISME, Paris: La Colombe, pág. 26. Trata-se de um opúsculo de 40 páginas de uma interpretação do comunismo marxista e da dialética como dificilmente se encontrará com igual objetividade e lucidez.

lores nacionais e preterindo o internacionalismo de outros tempos, isto tudo é compreensível como desenvolvimento da dialética da ação. Assim também, para um comunista é perfeitamente natural que Stalin se tenha aliado a Hitler com o fim de atacar a Polônia e depois a Rússia soviética tenha entrado em guerra com a Alemanha nazista. Tudo é feito para atender aos objetivos da ação revolucionária, e a Revolução é a expressão da ação, na dinâmica do fluxo incessante das coisas.

A miragem do paraíso na terra, a sociedade igualitária do futuro, a visão messiânica do mundo comunista, tudo isto deve, pois, ser entendido como a introdução da humanidade na era de plenitude revolucionária em que, uma vez quebrados os obstáculos à marcha da Revolução, esta prevalecerá, abrindo aos homens possibilidades infinitas de uma perpétua renovação criadora.

Tal o resultado do movimento da classe proletária levando à civilização do trabalho, que será, segundo os marxistas, a civilização do futuro, tendo por princípio inspirador essencial a Ação.

Para o materialismo dialético só existe a matéria, não porém a matéria enquanto realidade que permanece, mas enquanto expressão de fôrças numa ação perpètuamente transformadora. Não há existência senão na ação material, e o homem existe transformando-se contìnuamente pela sua própria ação. A realidade humana está na ação que cada homem exerce. Donde o concluir *Jean Daujat* que o marxismo é a filosofia da ação material pura, ou seja, um totalitarismo da ação material, assim como o nazismo foi um totalitarismo da expansão vital. Pela sua atividade material, o homem faz a história, sendo esta o desenrolar da ação produtora, explicada pela luta de classes, que é o conflito das fôrças produtoras. Diz *Marx* que a história tôda é uma transformação contínua da natureza humana. Quanto ao movimento do pensamento, considera-o mera transposição do movimento real, transportado para o cérebro do homem.

Evolucionismo integral que é, o marxismo nega a distinção entre a verdade e o êrro, o bem e o mal. O que os marxistas dizem não exprime uma verdade, mas as exigências da ação revolucionária.

O idealismo de *Marx* é, pois, materialismo — idéia transportada para o plano da realidade material — e é também um pragmatismo absoluto. Daí o dizer *Jacques Duclos* que a teoria marxista não é um dogma e sim um *guia para a ação*. Por sua vez *Lenin*: "A teoria revolucionária não é uma dogma, ela se forma em ligação estreita com a prática de um movimento realmente massiço e realmente revolucionário". E finalmente Stalin: "Baseada sôbre uma determinada etapa da revolução, a tática pode variar sucessivamente, segundo o fluxo e o refluxo, o surto ou o declínio da revolução".[10]

O primeiro objetivo a atingir, para os comunistas, é colocar a luta dialética em tôda parte, em todos os meios a serem infiltrados. É preciso introduzir a luta de classes onde ela ainda não existe, sem o que não haverá revolução nem progresso. No mundo capitalista, será a luta entre o proletariado e o patronato, a revolta das colônias contra a metrópole, a competição e as divergências de países diversos indo até à guerra. Na sociedade política, cumpre aproveitar sobretudo as querelas partidárias. Na sociedade religiosa, isto é, na Igreja, a contradição há de ser introduzida suscitando-se divisões, até mesmo no clero e na hierarquia, e pela infiltração nos círculos de estudos de leigos e nos seminários.

Um testemunha ocular da expansão do comunismo na China, onde a dialética da ação foi aperfeiçoada pela estratégia e a tática de Mao-Tse-Tung e seus seguidores, traz o seu depoimento: "Nesta obra, os sofismas dialéticos atuam em cheio. Mal preparados para êste gênero de ataque, as vítimas oscilam, e acabam renunciando, com a consciência em pleno desgovêrno. Para ser eficaz, esta tática exige uma continuidade e uma intensidade sem desfalecimento. É o papel da orquestração, da obsessão, por todos os meios de propaganda; de dia, de noite, em família, no trabalho, no repouso, só, em grupo, o indivíduo é cercado, investido. Essa investida pelo *slogan*, pela idéia, pelo

10. *J. Daujat*, obra citada, págs. 19, 21 e 25. A fórmula de que o marxismo é um "guia para a ação" procede de *Marx* e *Engels*, e segundo *Lenin* aí está um aspecto essencial que não se deve perder de vista na dialética revolucionária (*Lenin*, KARL MARX ET SA DOCTRINE, Paris: Éditions Sociales, pág. 79).

jornal, pelo cartaz, pelo rádio, pelo canto, pela dança, pelo cinema, pelo teatro, pelo círculo de estudo, pela escola, pelo sindicato, pelos desfiles, pelas paradas judiciárias, pelos discursos, pelas reuniões de massa, de fábrica, de oficina, de bairro, de rua, de imóvel, acaba por triunfar da personalidade: pouco a pouco o homem cede, abdica todo o pensamento autônomo, e torna-se um número anônimo perfeitamente alinhado". Numa palavra, "a tática comunista esvazia literalmente as almas, modifica as vontades, derruba todos os conceitos. Os marxistas chamam a isso "mudar o cérebro"; tomada no sentido intelectual e moral, essa fórmula é literalmente verdadeira".[11]

Assim a dialética da ação revolucionária prossegue implacável o seu curso.

Ensina o Evangelho: no princípio era o Verbo.

Goethe dizia: no princípio era a Ação.

Para a dialética marxista-leninista, do princípio ao fim era, é e será sempre e exclusivamente a Ação material.

11. *F. Dufay*, A ESTRÊLA CONTRA A CRUZ NA CHINA, 1954, Editôra Vozes, págs. 64-65.

3. A TECNOCRACIA MATERIALISTA.

Marx distinguia entre o "comunismo cru" *roher Kommunismus* e o verdadeiro comunismo ou socialismo. O primeiro consiste na abolição da propriedade privada, para satisfazer ao desejo de apropriação dos bens materiais como o único propósito da vida. Inclui a comunidade das mulheres, que deixam o casamento e caem na prostituição. Da mesma forma, o mundo da riqueza, deixando a propriedade privada, entra numa prostituição geral com a coletividade. Um tal tipo de comunismo, na sua "radical negação da personalidade do homem", de certo modo continua a propriedade privada. Esta é destruída pela *inveja* dos que não possuem e querem possuir, e na inveja reaparece a *avareza* do proprietário sob forma diferente. De fato, num caso e noutro existe a cupidez dos bens de fortuna. No regime da propriedade privada, a competição manifesta a inveja e o desejo de nivelamento contra o grande proprietário. O comunismo cru significa a perfeição dêste desejo de nivelamento. O verdadeiro comunismo é, segundo *Marx*, a volta do homem a si mesmo como ser social, um naturalismo humanista completo, a solução do conflito entre o homem e a natureza, e a decifração da história.[12]

Êsse naturalismo é bem acentuado na obra de *Lenin* e nas realizações do comunismo soviético.

Em tempos de moço, aquêle que se tornou o principal chefe da Revolução de outubro escrevia, num folheto intitulado "QUE

---

12. *Eric Voegelin*, THE FORMATION OF THE MARXIAN REVOLUTIONARY IDEA, *in* THE REVIEW OF POLITICS, vol. 12, n. 3, Julho 1950, págs. 275-302. As citações de *Marx* são tiradas dos seus Manuscritos: *K. Marx*, OEKONOMISCH-PHILOSOPHISCHE MANUSKRIPTE (1844), GESAMTAUSGABE, vol. III, págs. 111-113.

FAZER?" e publicado em 1902: "Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário".

A teoria em que êle assentou o movimento comunista não foi meramente uma doutrina concernente à revolução e aos seus processos, ou mesmo uma teoria do Estado ou um sistema de economia. Tudo isto é abrangido numa ampla cosmovisão de sentido profundamente revolucionário, numa concepção da vida humana e de seus fins, em oposição irredutível à visão católica do universo e às crenças tradicionais do povo russo.

Tal é a fôrça da ideologia que serve de base ao comunismo e tal o seu alcance na subversão da própria mentalidade humana — desde a nova estrutura do pensamento decorrente da dialética hegeliana, em oposição à lógica tradicional, até aos métodos mais recentes de "lavagem do cérebro" — que daí resulta uma religião da matéria ou a anti-religião. É um naturalismo radical, pretendendo destruir os fundamentos transcendentes da vida humana e reduzindo todos os valores ao temporal e particularmente ao econômico.

Para o comunismo, o homem não deve colocar a sua maior aspiração na vida futura e, em vez de ordenar a própria existência em vista da salvação eterna, deve entregar-se exclusivamente aos negócios dêste mundo, procurando a redenção pelo efetivo domínio da natureza. Daí a necessidade de cada homem dedicar-se de corpo e alma ao Estado, que encarna a sociedade humana redimida. Daí a politização total do homem e o fato do Estado substituir a Igreja na tarefa de ordenação ética da vida.

Tais conseqüências da ideologia comunista conduzem ao Estado totalitário. Na justa observação de *Waldemar Gurian*, os regimes de Estado totalitário visam não apenas à modificação das instituições políticas e sociais, mas até mesmo a uma reforma da natureza do homem e da sociedade. "Êles pretendem ter a ciência verdadeira e obrigatória da vida humana e de seus fins. São intolerantes. Propõem-se a extirpar tôdas as outras doutrinas e filosofias. Não toleram nenhuma limitação aos seus desígnios e ao seu poder. Os movimentos totalitários não concebem nenhum domínio da vida fora do seu contrôle; não podem aceitar que haja outras doutrinas ou instituições tendo direito a permanecer independentes, com uma validez e dignidade iguais à sua".[13]

O regime soviético foi estabelecido em 1917, com o triunfo da Revolução de outubro. Papel decisivo foi desempenhado pelo Partido Comunista, mediante a disciplinada organização que lhe dera *Lenin*. Aproveitando-se da anarquia reinante na Rússia após a queda do regime tzarista, o Partido conseguiu tomar o poder sem precisar de aliados e sem qualquer espécie de coligação com outros grupos. Assim, livre de compromissos, foi-lhe facilitada a tarefa de chegar às últimas conseqüências do seu ideário programático.

Os elementos básicos da política posta então em prática passaram de *Lenin* para Stalin, sobretudo a idéia de que o Partido tem sempre razão, não pode tolerar oposição alguma e deve controlar o conjunto total da vida.[14]

Consolidando-se e expandindo-se, o comunismo marxista-leninista manteve-se fiel às suas origens, não obstante as divergências surgidas, do "trotskismo" ao "titismo" e mais recentemente nos desacordos entre a Rússia soviética e a China vermelha. Os comunistas prossseguem na busca de uma plena realização daquele naturalismo, que procuram assentar no progresso da ciência, transformando a sociedade pela técnica industrial sob a direção da máquina burocrática do Estado.

É o que nos faz ver o Manifesto-programa do 22.º Congresso do Partido Comunista reunido em Moscou no ano de 1961. Se *Marx* anunciava a sociedade do futuro, êste documento coloca os leitores diante das realidades presentes, isto é, do mundo russo de hoje e da caminhada percorrida pelo comunismo em seu alastramento pelo globo.[15]

---

13. *W. Gurian*, TOTALITARIAN RELIGIONS, *in* THE REVIEW OF POLITI CS,vol. 14, n. 1, janeiro 1952. Do mesmo autor, EL BOLCHEVISMO, edição citada, principalmente págs. 158 e 177-185, n. 3, julho 1950.

14. *W. Gurian*, FROM LENIN TO STALIN, *in* THE REVIEW OF POLITICS, vol. 12.

15. O documento em questão foi amplamente divulgado pela imprensa mundial. Publicação original no PRAVDA de 30 de julho de 1961. Uma boa tradução, no semanário RELAZIONI INTERNAZIONALI de Milão de 26 de agôsto daquele ano.

Além de se referir a temas estratégicos e táticos — notadamente o "nacionalismo", explorado como arma de propaganda nos movimentos de libertação nacional, e numerosas questões relacionadas com a "coexistência pacífica" — o nôvo Manifesto Comunista focaliza êstes dois temas essenciais: o naturalismo científico e a marcha da revolução.

a) NATURALISMO CIENTÍFICO — A sociedade comunista, na experiência soviética, é uma imensa tecnocracia, ou melhor, uma tecno-burocracia materialista.

A tarefa da sua edificação, pelo Estado totalitário, significa não apenas a estruturação da ordem social em novas bases, mas até mesmo a reconstrução do homem.

O Manifesto expõe os objetivos do Partido no concernente à base técnico-material da sociedade, à direção da economia nacional e à planificação, ao desenvolvimento industrial e agrícola, ao bem-estar material do povo, às funções do Estado na democracia socialista, aos problemas das nacionalidades e questões linguísticas, à educação, instrução, ciência e cultura, às relações dos países socialistas entre si.

Pormenores sôbre organização sindical, vida rural, esportes, letras e artes, além de outras matérias diversas, aí figuram.

Mas o que cumpre sobretudo destacar é a plena consciência dos dirigentes comunistas de estarem despertando uma nova maneira de conceber o mundo e a vida entre os homens. No limiar da era tecnológica, apresentam-se os comunistas como os grandes vanguardeiros, reivindicando para si um pioneirismo na renovação da humanidade. O messianismo sob cujo signo *Marx* e *Engels* redigiram o primeiro Manifesto Comunista chega ao seu auge. E ao mesmo tempo se comprova que o comunismo está muito longe de ser mero sistema econômico, pois tira sua fôrça dessa espécie de "mística" científico-naturalista. A inversão já realizada no materialismo de *Feuerbach*, com a sua louca tentativa de divinização do homem, é aplicada na sociedade tecnocrática do comunismo.

Daí a importância dada pelo programa à "formação de uma concepção científica do mundo", cuja base ideológica é o marxismo-leninismo e da qual se faz decorrer um sistema peculiar de ética com caráter acentuadamente coletivista. O Manifesto

chega a usar a expressão "moral comunista", procurando codificar-lhe os princípios. É dada uma grande ênfase às obrigações para com a ideologia que o Partido representa. Neste sentido, entre os mencionados princípios do nôvo código moral, está, em primeiro lugar, "a fidelidade à causa do comunismo, o amor pela prátria do socialismo e pelos países socialistas", sendo outro princípio "a intransigência para com os inimigos do comunismo, da paz e da liberdade dos povos" (*sic*).

b) A MARCHA DA REVOLUÇÃO — As novas diretrizes assim dadas não nos devem iludir quanto à substância da significação ideológica da revolução russa. Esta continua sendo sempre a mesma, na aplicação do marxismo-leninismo e da dialética da ação. Enganam-se os que pretendem ver nas concessões feitas desde o tempo de Stalin um recuo do comunismo no que diz respeito, por exemplo, à propriedade, à família, à pátria e à religião. Da mesma forma, a adaptação da ideologia comunista à conjuntura atual do mundo, objetivada pelo programa de 1961, representa uma nova linha estratégica sem alterar a ideologia. O que se deve notar é a preocupação com a eficiência da estratégia de penetração e de infiltração, deixando-se para um segundo plano a pregação ideológica.

A propaganda comunista tem procurado envolver os povos ocidentais pela publicidade dada às realizações da Rússia soviética nos domínios da técnica industrial, do progresso científico e das atividades culturais. Viagens maravilhosas são proporcionadas gratuitamente aos estudantes. A conquista do espaço é alardeada pela imprensa dos mais variados países, firmando o prestígio dos cientistas russos. A viagem de um astronauta soviético em visita a povos estrangeiros, depois de realizada a sua proeza, e a recepção que lhe é proporcionada em meio a manifestações de júbilo, vale mais, para a propaganda bolchevista, do que a pregação doutrinária dos princípios marxistas ou a crítica à estrutura político-econômica do capitalismo.

Com reconhecida habilidade vão os comunistas promovendo a "guerra psicológica" e dominando os veículos de formação da opinião pública pelo mundo todo. Muitas vêzes utiliza-se de *slogans* que servem para iludir espíritos incautos: "legalidade", "democracia", "respeito à Constituição", "nacionalização", "autodeterminação dos povos", "coexistência pacífica".

Sendo a União Soviética a maior potência colonialista da hora atual, arvora-se em defensora dos povos oprimidos pelo colonialismo. Preparando-se para destruir a ordem legal do Estado de direito liberal-burguês, os comunistas, a fim de tirarem partido de certas circunstâncias de crise política, apresentam-se como campeões da legalidade e pregam soluções que asseguram o respeito à formalidade constitucional.

Durante as sessões do Congresso do Partido Comunista em Moscou, naquele ano de 1961, Khruschev fazia anunciar uma possível explosão da superbomba de cem megatons. Isto depois de já explodidas vinte e uma bombas nucleares com transtornos tais na atmosfera que emanações radioativas puderam ser verificadas a distâncias muito afastadas dos locais de explosão.

Comentando tais fatos, um cronista internacional perguntava: o que aconteceria se, em vez da União Soviética, os Estados Unidos se entregassem a êsse tipo de chantagem internacional? As quintas-colunas, os bandos de inocentes úteis, de neutralistas, de pacifistas, de progressistas e até mesmo de certos democrata-cristãos, tôdas essas linhas auxiliares do comunismo já teriam organizado por tôda parte comícios monstros de protesto e colhido milhares de assinaturas nas diferentes camadas sociais contra tão inomináveis atentados à paz e à saúde dos povos.

Em meio à orquestração internacional da propaganda, a Revolução vai executando os seus planos diabólicos, favorecida pela "curteza de vistas" e a pouca resistência dos seus adversários.[16] A inevitabilidade histórica do comunismo, e do socialismo em geral, é um mito como qualquer outro. Na descristianização dos povos, nas suas divisões internas, nas instituições desentranhadas da realidade humana e histórica, estão as causas da fraqueza e das vacilações que as democracias ocidentais têm demonstrado ao enfrentarem o avanço comunista.

---

16. THE DECISIVE DANGER OF THE URSS IS NOT CONSTITUTED BY THE USSR ITSELF, BUT BY THE SHORTCOMINGS AND WEAKNESSES OF HER ADVERSARIES (*W. Gurian,* artigo citado na REVIEW OF POLITICS, vol. 12, julho de 1950, n. 3, págs. 387-388). No mesmo sentido, *Fulton Sheen,* na obra citada, e *Walter Lippmann* em THE PUBLIC PHILOSOPHY.

Êste livro foi composto e impresso na oficina de Max Limonad,
rua S. Domingos, 154 — S. Paulo